

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

SANTA CRUZ, Rosalina de. *Rosalina de Santa Cruz (depoimento, 2002)*. Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC-FGV e MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**ROSALINA DE SANTA CRUZ  
(depoimento, 2002)**



## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Angela Maria de Castro Gomes

levantamento de dados: Angela Maria de Castro Gomes

pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Maria de Castro Gomes

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: São Paulo - SP - Brasil

data: 12/07/2002

duração: 1h 45min

fitas cassete: 02

páginas: 29

Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória da assistência social no Brasil: constituição de banco de entrevistas", desenvolvido em convênio com o Ministério da Previdência e Assistência Social através de sua Secretaria de Estado de Assistência Social, entre 2001 e 2002, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos sobre o tema a ser disponibilizado no CPDOC e no Centro de Referência e Estudos da Assistência Social.



## *Sumário*

*Entrevista:* 12.07.2002

Fita 1-A: Data e local de nascimento; informações sobre a família; despertar do interesse pelo social: influência dos pais e formação em colégio católico; participação em trabalhos de caridade e catequese promovidos por freiras beneditinas do colégio; dúvidas sobre a eficiência da caridade e da religião na erradicação da miséria: procura por solução mais duradoura; efervescência política em Pernambuco durante o governo de Miguel Arraes (1962-64); envolvimento com a Juventude Estudantil Católica (JEC); ingresso na Escola de Serviço Social e envolvimento com a Juventude Universitária Católica (JUC), em 1963; razões para a opção pelo Serviço Social; influência de Paulo Freire e utilização de seus métodos para a educação de adultos; endurecimento do regime militar após 1968; debates políticos na faculdade; filiação à Ação Popular (AP); engajamento político da família; Escola de Serviço Social como local de questionamento e resistência ao regime militar: compromisso da assistência social com as classes trabalhadoras; cumplicidade política de Evany Mendonça, diretora da Escola de Serviço Social, na época; a Escola se torna um espaço aberto para reuniões e debates políticos; apoio político oferecido pelas professoras Lourdes de Moraes, Hebe Gonçalves e Regina Gonçalves; dúvidas sobre a profissão: procura por meios mais radicais de transformação social; grande avanço dos debates sociais durante a década de 1960; leituras marxistas (inclusive marxismo religioso); a Revolução Cubana (1959) e sua influência sobre a esquerda latino-americana; formatura e conversa sobre suas dúvidas com Evany Mendonça; possibilidade de uma bolsa de estudos na Venezuela pela Organização dos Estados Americanos (OEA); inscrição e aprovação na seleção; curso sobre “planejamento e ação em autoconstrução” na Venezuela; o objetivo da OEA era trazer projetos habitacionais de mutirão para o Brasil; momento em que o projeto da AP é “proletarizar” seus militantes mandando-os para o campo e para as fábricas; dúvidas e desligamento da AP antes de ir para a Venezuela; questionamentos políticos e desejo de independência pessoal; experiência na Venezuela: amadurecimento pessoal e convivência com colegas brasileiros; entusiasmo com a guerrilha venezuelana e com a proposta de luta armada; contatos com a Universidade de Caracas, que havia sido invadida; comoção com a morte de Che Guevara; aceitação da luta armada: a violência como uma forma ética de enfrentamento político; o exemplo cubano como grande inspiração; observações críticas sobre o curso da OEA.

Fita 1-B: Interesse da OEA e do Banco Nacional de Habitação em desenvolver projetos de habitação popular no Brasil; filosofia do curso de "planejamento em ação e autoconstrução"; trabalho de mutirão na Praia do Pinto (RJ): casas são construídas com envolvimento da comunidade e de acordo com suas necessidades e realidade; trabalho de mutirão em favela do Recife serve de tema para sua monografia de conclusão de curso e razão para sua ida à Venezuela; convite dos colegas de curso na Venezuela – João Sampaio e Murici – para trabalhar no BNH; mudança para o Rio de Janeiro e trabalho no planejamento nacional de habitações; sobre o trabalho com mutirões: boa relação com o chefe da equipe (João Sampaio) e grande aprendizado profissional; resolução de questões afetivas e políticas no Rio de Janeiro: distanciamento da família e do namorado, e desligamento da AP; trabalho com o padre Gerson da Conceição junto aos camponeses de Cachoeiras de Macacu (RJ); repressão política sobre o BNH: mutirão visto com desconfiança e equipe passando a ser comandada por coronel; adesão

à luta armada e ingresso na organização VAR- Palmares; relacionamento com Geraldo Leite, agrônomo do INCRA e militante de esquerda; perda de entusiasmo com o trabalho no BNH; discordância do padre Gerson em relação à luta armada; VAR-Palmares consegue adesão de camponeses de Cachoeiras de Macacu: repressão recai sobre o movimento; Geraldo e Rosalina abrigam os camponeses foragidos em sítio clandestino; camponeses encaminhados para áreas de guerrilha; experiência de vida se dividindo entre o BNH e a militância política; Rosalina e seu marido são das raras pessoas "legais" no movimento político, tornando-se muito úteis; prisão e tortura de Rosalina e do marido em 1972; razão da prisão: camponeses são presos e falam do padre Gerson, que fala do casal Rosalina e Geraldo; Gerson deixa de ser padre e se liga à FASE; ocorre a demissão do BNH; mudança do Rio para São Paulo; o professor Francisco de Oliveira a encaminha para a pós-graduação em Ciências Sociais na PUC; trabalho na prefeitura de São Paulo por indicação de Brites Gondra: constitui equipe de assistentes para atuar em favelas; omissão de seu passado político; relações com a assistente social Luíza Erundina; nascimento do primeiro filho; desaparecimento do irmão; nova prisão em 1974.

Fita 2-A: Comentários sobre a segunda prisão; busca do irmão desaparecido; Maria Tereza Godinho, sua chefe na prefeitura de São Paulo, sabe de sua prisão e se mostra solidária: seu emprego é mantido; ocorre seu julgamento e condenação, mas a pena já havia sido cumprida; a PUC contrata professores cassados; informações sobre curso de pós graduação em Ciências Sociais da PUC: discussões e relações com Otávio Ianni, Carmen Junqueira e Florestan Fernandes; invasão da PUC; experiência como professora da PUC durante mandato de Nadir Kfoury; a PUC é a sede da primeira reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC; envolvimento com a militância feminista nos anos 70; comentários sobre a importância política do movimento feminista; candidatura a deputada estadual e experiência de campanha (1986); filiação ao PT (1979); participação da fundação do PT através do movimento feminista; grande amizade com Luíza Erundina; trabalho na Cohab; trabalhos com mulheres na Secretaria de Assistência Social: movimento de creches; considerações sobre a importância das creches; críticas às creches da LBA; trabalho no serviço social articulado à militância política; realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em São Paulo; afirmação de que o movimento feminista começa a mudar o “discurso masculino” do PT; a importância e a participação das mulheres no PT: as candidaturas de Eneide Cardoso e Lulu Arruda; bandeiras feministas incorporadas ao discurso petista; informações sobre o movimento feminista: militantes, discussões e repercussões; sua saída da prefeitura de São Paulo e seu novo trabalho no SEAD (1976); defesa de tese de pós-graduação na PUC, orientada por Otávio Ianni; torna-se professora da Faculdade de Serviço Social da PUC; ganha anistia e vai trabalhar na Caixa Econômica Federal (1989); recebe convite de Luíza Erundina, prefeita de São Paulo, para ocupar a Secretaria de Assistência Social; comentários sobre a importância do serviço social e a secretaria que ocupa, durante o mandato de Erundina; votação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Fita 2-B: Implantação da LOAS e do Estatuto da Criança e do Adolescente: objetivos e importância das medidas; inovações trazidas pela LOAS nos programas desencadeados: os Conselhos Gestores de creche e equipamentos, e as padarias comunitárias; a importância da LOAS dentro da Secretaria de Serviço Social: assistência social como política pública; retorno à PUC (1990); comentários sobre o projeto Refazendo, de assistência ao menor, que ora desenvolve; comentários sobre a profissão de assistente

social; comentários sobre a extinção e a importância da LBA; críticas ao projeto Comunidade Solidária; pouca importância conferida à assistência social nos governos e campanhas eleitorais atuais; observações finais.

*Entrevista: 12.07.2002*

*Rosalina, vamos começar a entrevista fazendo o registro de alguns dados pessoais seus: seu nome, data e local de nascimento.*

Meu nome é Rosalina de Santa Cruz (ex-Leite), eu nasci em Recife, Pernambuco, no dia 8 de dezembro de 1945.

*O nome dos seus pais, Rosalina?*

Lincoln de Santa Cruz Oliveira e Elzita de Santa Cruz Oliveira.

*Seu pai tinha que profissão?*

Meu pai era médico sanitarista e a minha mãe trabalhava no lar.

*Trabalhava em casa, não é. Você tem outros irmãos?*

Eu tenho. Tenho nove irmãos. Eu sou a primeira numa família de dez filhos.

*Família grande.*

É, é grandona. Nordestina.

*Morou muito tempo no Recife?*

Morei. Morei em Recife, fiz faculdade em Recife... Entre Recife e Olinda. Minha família tinha uma relação forte com Olinda. Minha mãe morava em Olinda, a gente morou em Olinda muito tempo. Eu estudei em Recife, Olinda e Recife são juntos...

*Vizinhos.*

Vizinhos. É quinze minutos de uma cidade à outra. Eu fiz faculdade e saí de Recife em 1968.

*Então, você faz seus estudos no Recife. Faz a faculdade no Recife.*

No Recife.

*Faz a faculdade de Serviço Social.*

De Serviço Social.

*Quando é que começou seu interesse pelo serviço social? Por quê? Quando?*

Olha, eu comecei a me interessar pela questão social... Porque eu estudei num colégio de freiras, freiras beneditinas, em Olinda, e como as freiras tinham um trabalho catequético nas comunidades pobres em torno do colégio, eu me interessava e me sentia muito sensibilizada pela questão dos pobres. Isso me levou, depois, a participar de alguns grupos de Igreja, em Recife, e foi isso que me levou para o serviço social. Eu tinha uma formação em casa, também, um tanto liberal; meu pai, um médico sanitarista e que atendia muito aos pobres; Ele foi, a vida inteira, funcionário público, trabalhou sempre em posto de saúde. E essa questão também era muito socializada na minha casa.

*Esse tipo de questão aparecia tanto através da família, quanto através do próprio colégio, já, desde menina.*

É. No colégio, numa linha, não é. O pensamento das freiras era um pensamento conservador, era numa linha mais assistencialista mesmo, e da catequese. Mas isso me levou a ter contato com uma realidade muito diferente da que eu vivia e a ter muitos questionamentos. Eu era, acho, quando menina, sensível e um tanto questionadora dessa situação.



*Esse contato que você teve através do colégio era como? Vocês saíam? Como é que era, afinal?*

Então. As freiras tinham um trabalho social nas favelas que ficavam em redor do mosteiro. Porque era o mosteiro... No colégio Santa Gertrudes, em Olinda, que é um colégio dirigido por freiras beneditinas, as freiras tinham um trabalho social. Um trabalho social que era assistencial: distribuir cesta básica, catequizar. E ela me convidou, convidava as meninas do colégio que quisessem participar. E eu me interessava e ia muito, me sentia muito tocada com aquela questão; com os pobres, com os velhos, com as crianças. E acho que eu fui descobrindo... Já nesse meu colégio foi que eu fui descobrindo que, por mais que a gente levasse a cesta básica, por mais que a gente desse a catequese, aquela situação se agravava. Aí, eu comecei a perguntar se não tinha alguma coisa que pudesse ser feita, de forma mais profunda, para erradicar aquela situação. E acho que isso foi me levando a questionamentos, assim, da própria religião e da condição social do povo brasileiro. E Recife, nessa época, era uma cidade de muita efervescência política, porque Recife teve uma vida – antes de 64 – uma vida política muito intensa.

*Governo Arraes, não é. Foi um governo bem ousado para a época, em vários aspectos, inclusive na parte social. Mas você falou que teve militância na área de religião. Você foi de movimento católico, de Ação Católica?*

Eu fui. Eu era... Quando adolescente, eu comecei a ter proximidade com a JEC, que é a Juventude Estudantil Católica, e depois com a JUC, logo que eu entrei na faculdade. Eu entrei na faculdade em 1963, no final de 63. Então, meu primeiro ano de faculdade... É isso. Foi em 63. Então, quando eu entrei na faculdade, já entrei em centro acadêmico, porque tinha toda essa militância, essa coisa anterior. E tive uma influência forte de Paulo Freire, na época, porque ele era professor da Escola de Serviço Social de Recife, quando nós entramos. E aí eu comecei, já no primeiro ano, a participar da JUC, da Juventude Universitária Católica.

*Só vou fazer uma pausa aí, te interrompendo, me desculpe. Você tinha esse interesse, mas como é que você ficou sabendo que tinha uma Faculdade de Serviço Social? Como é que foi essa sua ida, essa escolha para fazer a Faculdade de Serviço Social?*

Isso foi meio por acaso. Porque eu queria fazer alguma coisa na área do social. E primeiro, eu fui à Católica e comecei a fazer um cursinho para fazer o curso de ciências sociais. Nesse período, eu soube, pelos estudantes, que existia uma Faculdade de Serviço Social, então eu quis saber qual a diferença dos dois, e fui visitar a Faculdade de Serviço Social. Quando cheguei na faculdade, eu falei com a diretora, que na época era dona Evany.

*Dona Evany Mendonça.*

É. Evany Mendonça. E ela me falou o que era o papel da assistente social. Eu achei o curso muito mais simpático do que o de ciências sociais. Aí resolvi fazer o vestibular. Fiz o vestibular, passei e entrei na faculdade. Eu não sabia muito, muito o que esse assistente social fazia, mas a relação de conhecer a realidade, de discutir as questões sociais, em mim...

*Era um tipo de inserção mais engajada, mais ativa, que você percebeu; e, aí, por isso, você escolheu o Serviço Social.*

É. Eu percebi que era uma coisa mais ligada ao fazer, mais envolvida com a prática e mais perto da militância, não é, então... por isso eu escolhi.

*E você entra na Faculdade de Serviço Social em 64, quer dizer, no ano que vai ter o golpe militar. Você falou que Paulo Freire foi seu professor nesse momento. Eu queria que*

*você falasse um pouquinho sobre isso, sobre o Paulo Freire, sobre a importância dele e de outros professores.*

Quando eu entrei na faculdade, eu tinha um problema: a faculdade exigia tempo integral; que você fizesse de manhã as aulas teóricas e à tarde tivesse aulas práticas, em estágios. Já no primeiro ano, tinha um chamado estágio de observação, e a gente tinha que ter algumas horas para ficar na escola. Eu tinha acabado o magistério, tinha feito um concurso para professora e tinha passado.

*Você fez Escola Normal, então.*

É. Porque eu fiz Escola Normal. Eu fiz magistério, não é, ou o antigo Normal. Aí, quando eu cheguei na faculdade e tinha que estar... ia ser integral... Eu dava aula à tarde, e de manhã, eu ia na faculdade. Aí eu tentei ver o que eu podia fazer, para não perder o emprego. Aí fui na secretaria. E eles me propuseram que eu desse aula à noite para adultos, e eu podia manter o emprego. E eu contei à direção da faculdade, e Paulo Freire era professor da faculdade e estava implantando o movimento de educação de adultos e o CPC em Recife<sup>1</sup>. E aí eu me engajei...

*Nesse trabalho.*

E comecei a fazer. Na escola, que era uma escola de bairro, onde eu lecionava, dava as aulas, dava aula para adulto e usava o método Paulo Freire. Isso me ajudou muito. Porque eu fiquei mais... Fiquei quase três anos da universidade estudando, e à noite... Eu estudava; de tarde, eu ia para o estágio; e à noite, eu ia dar aula para adultos.

*Eu queria saber um pouquinho das duas coisas. Como você já estava falando das aulas para adulto e o uso do método Paulo Freire, eu queria que você contasse um pouco essa sua experiência de usar o método Paulo Freire nesse momento. Quer dizer, no momento, praticamente, em que o regime militar está começando; o que era a recepção dos alunos, o que você achava?*

O Paulo já estava procurado, já tinha sido até... eu acho que até saído da escola. Era um professor que tinha... que era reconhecido na escola pelo que ele tinha deixado na escola. Eu conseguia usar método do Paulo Freire nessa escola de adultos, porque eu consegui com uma amiga minha, que era do movimento de educação popular, as cartilhas, e... a metodologia.

*O material.*

O material, como o Paulo usava. E eu não tinha nenhuma fiscalização nessa escolinha que eu dava aula, porque era uma escola isolada, que tinha uma classe de adultos. Tinha de 15 a 20 alunos. E eu fiz uma experiência com eles, partindo da idéia de trabalhar palavras chaves, de tirar deles a palavra que tinha a ver com eles. A gente conseguia, através daquela palavra, decodificar. E eu sempre ia e conversava com as pessoas, não é, para entender. Então, para mim, foi uma experiência muito boa. Agora foi uma experiência isolada. Porque é exatamente pós 64. Mas esse período, de 64 até 68, foi um período, eu acho que em Recife e no Brasil inteiro, onde a ditadura não tinha a cara da repressão, que vai ter a partir do AI-5.

*Isso. Exato.*

Então, havia espaço para a política. A minha formação na universidade foi muito rica, tanto nos grupos de estudo quanto na própria formação que a faculdade dava; a participação da gente no movimento estudantil, em congressos, em encontros. Como eu tinha uma

---

<sup>1</sup> CPC- Centro Popular de Cultura.

vinculação com a JUC, e depois com a AP, durante o processo de estudante <sup>2</sup>... Porque aí a gente começou a discutir a questão do marxismo e tal, e nos filiamos à AP. Então é um período onde eu participei muito. Participei muito de encontros, participei das lutas assim... lutas populares, passeata dos cinquenta mil, que lá não foi cem mil. E minha família toda foi... Eu era a primeira, mas a minha irmã também entrou na faculdade depois de mim; o meu irmão, o Marcelo, que hoje é vereador do PT em Recife, ele entrou na Faculdade de Direito<sup>3</sup>. Então a gente tinha, em casa mesmo, uma discussão política muito grande; quer dizer, todos nós participávamos, todos nós discutíamos. Era uma família assim, que tinha um espaço de discussão política. E tinha pessoas, na passeata dos cinquenta mil falando, assim, todo mundo, o representante do primário, do ginásio, tudo é Santa Cruz, porque a gente... todo mundo ia...

*Uma família engajada na luta, nesse momento.*

É. Nesse momento assim, a gente não tinha muito... Tinha muitas diferenças mas dentro de um campo. Eu acho que, também, pela própria formação de papai, que era um liberal e tal, nós todos éramos chamados de esquerda. [inaudível]. E eu acho que de 1964 a 68, até 1967, na faculdade, esse espaço foi muito propício ao questionamento, à discussão inclusive, de alguns valores burgueses. Isso foi muito forte.

*O clima político, então, na Escola de Serviço Social do Recife, de uma forma geral, você diria que foi propício a essa movimentação dos estudantes, a essa oposição ao regime militar?*

É. E a criar uma consciência política, num princípio muito de liberdade, de justiça. Nessa perspectiva, sim, tanto nas aulas como no compromisso... Pelo menos nas aulas de serviço social, a gente tinha muito claro, eu acho, nas nossas aulas, a necessidade de se ter um compromisso com a classe trabalhadora. De uma assistente social que se forme assim: estou do lado dessa classe, estou comprometido com o projeto, vou construir uma outra alternativa. Era também pela profissão, não era uma coisa só da militância pessoal e política. Eu acho que havia assim, entre a gente, a discussão de que se poderia juntar a política militante e o serviço social; conseguir também dar uma resposta.

*Nesse sentido, isso era alguma coisa que você sentia, de certa forma, como uma posição da própria Escola naquele momento.*

Da própria Escola. Ela mostrava a possibilidade de articular o trabalho profissional com a militância.

*Com a militância política. Outros professores, Rosalina, que nesse momento você tenha encontrado, que tenham sido importantes para você. Enfim, como é que era essa Escola do ponto de vista, vamos dizer, da formação do profissional de serviço social, mesmo?*

Nós tínhamos como professora a dona Lourdes...

*Dona Lourdes de Moraes.*

Lourdes de Moraes. Era uma pessoa que trabalhava, acho, que com grupo e dava uma força. A própria diretora da Escola era uma pessoa muito aberta, politicamente engajada. Politicamente engajada no nível da profissão, não é, mas uma pessoa com abertura, e que nos ajudava na formação, que era a Evany Mendonça.

*Sei. Não impedia esse tipo de movimento. Deixava ter reunião...*

<sup>2</sup> AP- Ação Popular.

<sup>3</sup> PT- Partido dos Trabalhadores.

Não impedia. Pelo contrário. A Escola era um espaço aberto para a gente. Era um espaço... para a época da ditadura, era um espaço muito aberto. Era lá que a gente fazia todas as reuniões, grupos de estudo, discutia com outras faculdades.

*Vinham estudantes de outras faculdades para lá.*

De outras faculdades. Muitos.

*Usavam o espaço da Escola de Serviço Social.*

Usavam o espaço. Era um espaço muito democrático, pelo que eu me lembro. E então, a dona Lourdes, a Evany, tinha a Hebe Gonçalves, que dava comunidade, tinha Regina... Gonçalves, eu acho.

*Não faz mal.*

Mas são pessoas assim, que eu lembro, que tinham uma formação interessante.

*Você gostou do seu curso de Serviço Social?*

Olha, eu gostei, mas... Eu tive o que eu vejo que todos os meus alunos têm. O primeiro e o segundo anos foram anos de descobertas, onde a gente descobriu o movimento estudantil, também descobriu as diferenças de estudar matérias muito diferentes das que a gente estudava no colegial, no magistério. No segundo ano, vem sempre aquela crise, não é, que eu também passei: será isso que eu quero? Essa é a profissão? E também, com a militância política, isso foi se acirrando. Quando eu terminei a faculdade, eu estava convencida que eu não queria mais fazer Serviço Social, não queria exercer essa profissão.

*É mesmo?!*

É. Que não ia exercer a profissão, que eu estava muito... Assim... Aí comecei a achar que a profissão prestava serviços, que terminava tendo uma possibilidade de cooptação...

*Você ficou desiludida com a profissão?*

É. Eu não tinha nem começado a profissão. [Ri] Fiquei questionando a sua importância na transformação da sociedade; se eu ajudava a transformar ou se a profissão era só uma forma de manutenção do *status quo*, de manutenção do que estava aí.

*Ou seja, um movimento grande desde o momento da entrada, não é. Porque, você entra exatamente porque identifica o serviço social como uma forma de ação que pode contribuir, e quando você sai...*

Eu saio questionando...

*Você sai questionando exatamente esse ponto.*

Esse ponto.

*Tinha muito a ver com o que tinha acontecido entre 1964 e 1968, não é?*

É. Acho que tinha muito a ver também com a consciência política que eu fiquei.

*Exatamente.*

Como eu participei, fui muito militante. Eu entrei na faculdade ainda com uma visão cristã, entendeu....

*De JEC, de JUC.*

E eu fui passando para uma militância mais marxista, mais..

*De Ação Popular, de AP.*

De Ação Popular. E a mudança, nesse período, era muito intensa. O movimento de idéias, de questões avançava: um ano eram dez. Não é?

*Certo. É verdade.*

Então, rapidamente, eu me integrei no marxismo, rapidamente eu comecei a ler, a acompanhar o debate... Já nesse momento, e logo depois... desse final, de luta armada, luta de massas, sociedade socialista, caminhos para a revolução. Isso foi muito discutido. Nessa época, eu sei que eu li... Eu comecei lendo os clássicos que vinham de uma formação mais religiosa, não é. Então comecei a ler... Michel Quoist... Estou me lembrando. Carl Rogers. Esse... “Encontro de Marx e Cristo”. Aí depois... Aí foi a leitura de JEC. E comecei a ler, junto com outras pessoas, “O Capital”, depois, Marta Hanecker... a Marta, o próprio Marx, alguns textos do Mao, alguns textos sobre a prática, e fui entrando numa discussão assim. E depois, nesse período também, já me chegou às mãos o Debret, com a questão da luta armada, o... como é? O da luta armada. O chinês lá... O Giapp.

*E o Guevara também, possivelmente.*

O Guevara também. O diário do Che. Mas é depois, quando o Che vai morrer em 1968.

*Pois é. Você está mais ou menos saindo da faculdade nesse momento.*

É. Em 68 eu saí, nesse momento da discussão. A revolução cubana foi um exemplo. A gente estava na efervescência da revolução cubana, a década de 60. Principalmente Cuba, levando para os países da América Latina a discussão da guerrilha. Eu estava em AP ainda. Então, tudo isso fez com que eu saísse da faculdade dizendo: “não quero, não sei se eu quero fazer essa profissão; ela não vai levar à transformação da sociedade. Eu quero ter uma radicalidade, uma coisa maior”. Mas, ao mesmo tempo... Aí procurei a Evany Mendonça, assim que acabou o curso, e falei essas coisas para ela. E ela... a diretora, e eu... Uma amizade. Ela foi muito importante, a Evany, porque, nesse momento, ela disse: “Eu tenho uma bolsa aqui. Por que você não se inscreve? Para a Venezuela. E é uma bolsa de seis meses e tal. Por que você não vai? Assim você tem um tempo para pensar.”

*Uma bolsa na área de serviço social.*

É. Da OEA.<sup>4</sup> O tema do curso era Problemas de Planejamento e Ação em autoconstrução. E era uma bolsa da OEA. A OEA estava querendo trazer o mutirão, os projetos habitacionais para o Brasil. Então era muito esse o objetivo desses cursos. Mas era um curso de autoconstrução. Eu tinha acabado de fazer o meu DCC em habitação<sup>5</sup>. Aí eu falei: “eu vou me inscrever”. Aí me inscrevi, se inscreveu um amigo meu da engenharia, que também era dos grupos políticos. E veio a bolsa. Veio rapidinho. Em um mês, já veio, para a gente ir. Eu viajei para a Venezuela...

*Você ganhou a bolsa, então.*

Eu ganhei.

*Aí você vai para a Venezuela.*

Eu fui para a Venezuela. Para ir para a Venezuela, eu tive que fazer outra opção. Eu militava na Ação Popular. E na Ação Popular, nessa época, as pessoas tinham decidido que iam morar no... iam focar no campo ou na cidade, mas para trabalhar nas fábricas, que era proletarianizar todos os seus militantes. E eu já tinha recebido um convite e tal, [Ri] uma intimação...

<sup>4</sup> OEA- Organização dos Estados Americanos.

<sup>5</sup> Trabalho monográfico de conclusão de curso.

*Uma tarefa.*

Uma tarefa de ir para São Paulo trabalhar numa fábrica. E diante dessa minha decisão de ir para a Venezuela, adiou-se essa coisa, porque se estava começando essa discussão. Eu fui para a Venezuela em... Eu acho que foi em janeiro de 1968. Ou foi julho de 1967? Preciso olhar isso.

*Foi entre fins de 67 e início de 68.*

67 e 68. Eu fiquei seis meses lá. Era exatamente o período em que estava se começando a discutir essa questão na AP. E eu pedi o desligamento, para ir para a Venezuela. E foi uma coisa muito difícil, porque fui considerada desbundada, que estava com problemas ideológicos e tal. E estava mesmo, não é. Dentro da perspectiva, também estava... Do jeito que eu estava em dúvida com a profissão, também estava com certas dúvidas em relação a minha militância.

*Questionando, também, um pouco esse procedimento da proletarização dos quadros da AP, não é.*

É. E não só isso. Eu acho que eu estava questionando mesmo a AP e a militância. Estava muito... Eu acho que eu tinha muitas idéias rebeldes de comportamento. Eu queria morar sozinha, eu queria morar em outro lugar, queria me independitizar da família. Então tinha muitos questionamentos nesse momento. Aí, eu fui para a Venezuela. Fui para a Venezuela, passei seis meses lá; foram seis meses muito bons.

*Para onde você vai, Rosalina?*

Eu vou para uma cidade chamada Baquicimeto.

*Como é o nome? Você soletra para mim, por favor?*

B-a-q-u-i-c-i-meto. É a terceira cidade da Venezuela. Fica a seis horas de Caracas. E lá, o curso se desenvolveu nessa cidade. E eu tive... assim, como pessoa, uma experiência ótima, maravilhosa. Emagreci, vivi sozinha, longe de meus pais, porque eu vivia na casa de meus pais. Foi muito interessante. E eu conheci lá dois... Éramos cinco brasileiros. E dois eram do Rio de Janeiro e ligados ao BNH <sup>6</sup>. Um era um menino, que é ex-militante do Partido Comunista do Brasil, que hoje foi, recentemente, prefeito de Niterói, que é o João Sampaio.

*Ah é? Imagina. O João Sampaio. Eu moro em Niterói.*

É? Então. Ele foi comigo.

*Então o João Sampaio estava nesse grupo lá na Venezuela.*

Estava. Ele já era funcionário do BNH, era um arquiteto – é arquiteto – jovem, superjovem, ficamos muito amigos, o grupo de brasileiros, que era o João, tinha o Murici, que era filho de um militar chamado Murici, que também estava no grupo...

*Do general Murici, talvez.*

General Murici. Era filho. Eu não sei se era filho ou... era sobrinho.

*Filho ou sobrinho. Enfim, era parente do general Murici.*

É. E ele era um dos coordenadores do BNH. O João era arquiteto do banco. E tinha mais dois meninos de Recife, um menino arquiteto e o outro era um engenheiro, Evandro.

*Então, você era a única mulher.*

---

<sup>6</sup> BNH- Banco Nacional de Habitação.

Eu era a única mulher. Nesse grupo de brasileiros. Lá, tinha outras. Porque o curso era latino-americano, então tinha bolivianos, colombianos, argentinos... E nós ficamos muito amigos, os cinco brasileiros e duas argentinas. E ficamos amigos assim, a gente só vivia junto, andava para cima e para baixo e tal. E a Venezuela foi uma coisa para mim, um deslumbre, porque a luta armada estava acontecendo lá. A gente não tinha luta armada no Brasil. Quando eu saí do Brasil, a gente discutia: “vamos ou não vamos entrar na luta armada? Vamos ou não vamos?” Começávamos a ler os textos do Giapp, do Mao, as discussões, porque a AP era maoista. Lá na Venezuela existia uma guerrilha urbana, existia uma guerrilha rural, existia um Douglas Bravo no campo. A gente saía, lugares fechados, a guerrilha acontecendo. E era o que eu estava pensando para o Brasil. Eu vi coisas assim... Fiquei muito entusiasmada. E no nosso grupo, as diferenças eram muito grandes, não é. O João era muito de esquerda, mas não apoiava a luta armada; o Murici era uma pessoa mais para a direita, mais conservador, mas que se envolveu muito, porque afinal, estava sozinho lá, falando a mesma língua e ficamos muito amigos. E eu, para mim foi muito importante ver essa questão da luta armada, lá. E chegamos a ter contato com o pessoal da universidade. Porque eu escrevi para Recife e consegui, com um amigo meu da organização, um contato na Universidade de Caracas, que tinha sido invadida. Invadiram a universidade, prenderam pessoas lá dentro, descobriram hospital clandestino dentro da universidade, onde eram operados os guerrilheiros que ficavam feridos e eram levados. Porque a universidade tinha a autonomia universitária, não se podia entrar no campus. E eu fui encontrar com o rapaz quando tinha tido essa invasão da Universidade de Caracas. E fiquei muito entusiasmada. Conheci esse rapaz, ele me levou para ver algumas coisas, assistir uma reunião, e eu fiquei mais entusiasmada com as propostas lá do Douglas Bravos. E me lembro que depois, na Venezuela, no pátio, que a gente ouviu no radinho a morte do Che Guevara. Então, no dia 8 de outubro, a gente... a gente ouviu o discurso do... todos nós, estávamos todos assim ouvindo, ainda me lembro, eu, o João, as meninas argentinas, e a gente chorava. Não é possível! O Che morreu. Porque Fidel está falando que ele morreu. E aí, voltei da Venezuela depois de seis meses...

*Antes de você voltar da Venezuela. Entendi que do ponto de vista político, essa experiência foi absolutamente pedagógica para você. Quer dizer, nesse momento você se empolgou com a luta armada.*

É.

*Você achava que isso poderia e deveria acontecer no Brasil então, Rosalina?*

Eu achava sim. Eu tinha uma teoria, que eu comecei a achar que a violência que existia no mundo e que é muito presente nos países de capitalismo dependente, que essa violência, ela justificava uma violência revolucionária. Uma violência, que era a única forma da gente realmente acabar com a violência institucional, com a injustiça. E essa violência tinha regras, era ética, mas era a forma do enfrentamento. Eu tinha, a gente tinha muito como modelo Cuba. E lá... Sim, o Che morrendo e tal, ficou mais claro para a gente que poderíamos fazer o que foi feito em Cuba, ou seja, oitenta homens invadindo a serra e derrubando o poder, o poder burguês, e criando uma sociedade socialista, uma sociedade sem classe, essa sociedade de justiça e igualdade. E eu, nesse momento, comecei a achar, mesmo vendo as pessoas ali, na Venezuela, morrendo e tal, que eu estaria disposta a morrer para ter um mundo melhor. Que isso era... era, talvez, algo que a nossa juventude teria que fazer em prol da humanidade, em prol das gerações futuras. Então eu estava muito [convencida]

*Você tinha vinte e poucos anos.*

É. [Ri] Eu tinha vinte e dois anos, não é. Então eu voltei para...

*Vou interromper você de novo. Antes de você voltar. Eu queria que você falasse um pouco desse curso mas não do ponto de vista político, do ponto de vista do curso, ele mesmo. Enfim, você foi estudar lá, você teve professores, o que foi que você estudou lá, do ponto de vista do curso propriamente dito?*

O curso, as matérias... não eram muito interessantes, não.

*Não, não é...*

Não. Era muito precário. Esses cursos de OEA, com uma ideologia muito pronta. Tinha de novo uma coisa, que era a idéia da autoconstrução ou do mutirão, e que, naquele momento, eu também achei uma saída interessante. Porque as habitações populares, feitas, construídas verticalmente e da forma que eram construídas, eram muito poucas e para alguns, e o povo não participava da sua elaboração. Então a gente começou a discutir coisas muito interessantes, nessa perspectiva de participação também.

[FINAL DA FITA 1-A]

*Vamos recomeça. Rosalina estava contando que havia um elemento interessante nesse curso, que era exatamente a discussão sobre o trabalho de mutirão para construção de casas populares, não é, Rosa?*

É. Que é uma coisa assim. A OEA estava pensando em financiar projetos para a América Latina com essa perspectiva, mas não existia ou existia muito poucas experiências no Brasil. E o Murici, que era um dos coordenadores do BNH, ele tinha ido, pago pelo BNH, ele e o João Sampaio, para implantar esse programa no Brasil.

*Quer dizer que esses dois do BNH tinham ido exatamente para...*

Treinar e abrir uma carteira de operações de mutirão no BNH. Para trabalhar isso a nível nacional. O Murici, como eu falei, tinha uma visão mais conservadora, mas o João, ele tinha... o João é uma pessoa política e muito articulada, muito inteligente. O João ajudou muito a discutir essa questão, não é, de como vamos fazer isso numa perspectiva que não seja uma perspectiva conservadora. Isso pode ser também uma ferramenta para se trabalhar com a população e se discutir, partindo dela, fazer casas que tenham a cara das pessoas, que respeitem as condições locais, e também o próprio trabalho com a vizinhança. Foi aquela a discussão de mutirão.

*Esse tipo de proposta tem a ver com o uso dos materiais para construir a casa. E tem a ver também com a própria casa? Quer dizer, cada casa...*

Tem, tem. Uma das experiências que a gente fez depois, foi numa favela no Rio, chamada Praia do Pinto ou... não sei como é o nome. Mas foi uma das primeiras favelas que a gente fez no Rio; a gente dividiu com toda a população, deu papel, papel de pão, o papel que eles tivessem, para que eles construíssem o croqui da própria casa. E todos trouxeram; nós fizemos uma análise. Porque se iria padronizar os mutirões e cada um podia construir a sua casa. Mas quando a gente... Fizemos aí vários modelos, que partissem da realidade deles. E coisas muito interessantes nós descobrimos: todos queriam uma cozinha enorme e uma sala muito pequena, e a gente queria exatamente o contrário, [Ri] tinha pensado exatamente o contrário. E aí voltamos com as discussões, assistentes sociais e arquitetos, para saber por que aquelas cozinhas tão grandes. Então eles explicaram... porque a cozinha é onde acontece tudo. A minha vizinha me visita pela cozinha, na cozinha eu trabalho e cuido do meu filho, na cozinha eu trabalho e converso com meus amigos. Então a sala, a sala é



uma coisa bonitinha, em geral arrumadinha, para – um dia – se tiver uma visita. Não existe vida na sala. A vida é ali.

*A vida é na cozinha.*

É. E o banheiro, eles queriam fora da casa, o banheiro longe da casa. E a gente falou: “mas não é possível”. E descobrimos. Eles vivem muito tempo sem ter água, então o banheiro é alguma coisa que é mau cheirosa, que é fora. A gente introduziu assim... Tinha em muitos casos, corredores enormes, sem nenhuma [razão]... quartos sem janela... Então se foi discutindo isso, mas discutindo a partir deles, e criando cozinhas maiores, salas menores, e fomos fazendo os padrões de casas – cinco ou quatro padrões – a partir disso. Também a discussão de cores. As cores que eles queriam não eram as cores que a gente pintava as casas: as paredes internas de uma casa pequena, não é, de branco, de bege; eles queriam um lilás, azul, verde, vermelho...

*Cores vivas. Coloridas mesmo.*

Coloridas. Isso foi também super discutido, para as casas terem essas características.

*E isso vocês discutiram também na Venezuela. Isso era um dos pontos.*

É. Nós começamos um pouco essa discussão. Mas não foi com esse nível que teve no Rio, quando a gente tem a realidade... Mas a discussão na Venezuela, a discussão passava mais por materiais. Que a gente chegou até a pensar em construir casas de pau a pique e de tijolo feito pela própria população, com aquelas máquinas que fazem tijolo prensado. Isso foi discutido lá. Mas essa coisa mais objetiva, da discussão com a população, já foi a experiência que eu tive no Rio.

*Você vai para a Venezuela fazer esse curso, que a Evany encaminha, como você mencionou, porque você havia feito seu trabalho de finalização de curso nessa área. Que trabalho foi esse, Rosalina?*

Então esse meu trabalho foi um trabalho mais numa favela de Recife. Pois já tinha um pouco essa questão de urbanizar a favela, não é, e das formas de urbanizar uma favela. E eu estava trabalhando nessa favela; então meu trabalho de conclusão de curso era sobre as condições habitacionais em que viviam aquelas pessoas e as saídas que tinham, através de uma possibilidade de se fazer um trabalho de urbanização. Então já se encaminhava para essa discussão de autoconstrução, de mutirão.

*Esse foi o gancho para você ir fazer o curso na Venezuela. Aí você volta. E você volta para o Recife?*

Não. Aí tem outro gancho. Como as coisas acontecem. Aí eu recebo um convite do João e do Murici para compor a equipe deles no Rio. E eu fiquei muito balançada de ir, não é. Morar no Rio, era uma das coisas que eu queria, morar sozinha e trabalhar no Rio de Janeiro, era um bom salário.

*Você ia para o BNH.*

Iria para o BNH. Fui convidada para ir para o BNH. Aí voltei para Recife para decidir isso. Quando eu cheguei no Recife... Eu tinha um namorado. Já tinha ido para a Venezuela porque... sabe, não quero me comprometer, casar, sair da faculdade e fazer isso. Quero viver algumas experiências. Durante toda essa época que eu fiquei na Venezuela, eu me comuniquéi com esse meu namorado. Aí voltei em Recife e disse: “olha, agora eu vou embora para o Rio”. [Ri]

*Agora vou para o Rio. [Ri]*

Agora é para o Rio. Então, também tinha isso. Para mim, era uma coisa que me deu também conflitos para decidir. Porque, novamente, [abri mão] dessa relação. E também a minha mãe, meu pai: enfrentar essa questão de que ia morar fora de Recife, sozinha e muito longe. Mas eu decidi isso em um mês. Fui para o Rio. Fui para o Rio assim: peguei um ônibus e fui para o Rio, não fui nem de avião. E fui com muito pouco dinheiro. E tinha a questão do BNH, que, quando eu cheguei lá, demorou, não foi assim chegar e ser nomeada. Então, fui morar com uma amiga de Recife. Fiquei morando, no início, na casa de uma tia minha, depois aluguei um apartamento. E entrei no BNH, comecei a trabalhar no BNH.

*Já é no BNH que você tem essa experiência da favela da Praia do Pinto.*

É, exatamente, já é no BNH. Aí começa mesmo a experiência. Porque a gente fazia o planejamento nacional dos mutirões financiados pelo BNH. E foi muito interessante porque a gente fazia a supervisão. Então teve a Praia do Pinto, depois dessa experiência, a gente foi acumulando experiências. Teve uma experiência em Recife, que eu fui visitar. Teve vários tipos de experiências nacionais de mutirão. E o João passou a ser meu chefe. João é uma pessoa ótima, muito engraçada e muito amiga. E ele formou uma equipe muito boa. Tinha mais duas arquitetas. Eu era a única assistente social. E a gente fez uma equipe, de viajar e de discutir e de criar esses programas. Então foi uma coisa que me deu uma relação viva com a profissão, porque aí eu comecei a sentir um sentido na profissão. A maioria desses projetos de mutirão, no Brasil inteiro, eram coordenados por assistentes sociais, com a parte mais social da discussão, da participação. E daí... E quando eu saí de Recife eu tive que resolver, além do problema afetivo e da minha família, o problema político. Porque eu voltei e mantinha contato com a AP. Aí, dessa vez, o cara falou: “não, dessa vez, nós já decidimos, porque já está decidido que todos os militantes vão para a produção”. Aí eu fiquei... fiquei tão em dúvida. Mas eu... eu vou até o Rio e, lá, eu decido. Vocês me dão um contato no Rio com a AP, que eu rediscuto lá. Vou como simpatizante... Aí fui com uma carta, que eu era simpatizante, não mais militante, para que eu entrasse em contato com o pessoal do Rio. Então fui para o Rio ainda numa dúvida, se eu iria para a produção em São Paulo, se eu iria assumir o cargo no BNH, se eu ficaria no Rio ou não. Quando eu cheguei no Rio, a questão da militância era muito forte. Muito forte. Então eu procurei de imediato o contato da AP, que era um grupo de rapazes, de agrônomos, que moravam no bairro de Botafogo e que tinha uma militância... Nem um deles estava... Um deles já estava indo para o campo, que era o Francisco Xavier Castro Alves, que já morreu, e que estava indo se integrar no campo. Os outros três, eles estavam na dúvida da integração.

*Também estavam questionando.*

Questionando a integração no campo. Então, eu fiquei mais junto dessas pessoas e procurei um padre, que era meu amigo de Recife, um seminarista, que eu conhecia, e ele era padre numa região... em Cachoeiras de Macacu, na Baixada Fluminense. Então, eu conversei com ele perguntei se ele estava vinculado à AP; mas não estava... Eu falei: “olha, então eu gostaria de fazer um trabalho com você, Gerson, (padre Gerson da Conceição) e não ficar na produção”.

*Não ir para São Paulo, para a fábrica.*

É. Não ir para a fábrica em São Paulo, nem me tornar uma camponesa. Fazer um trabalho de fim de semana, um trabalho de apoio... E se ele poderia me aceitar. Aí o Gerson: “Maravilha, ótimo. Eu também estou meio perdido da organização, não estou inteiramente na estrutura, mas você pode vir fazer um trabalho aqui. Porque os camponeses... um trabalho com os camponeses.” [Ele disse:] “a gente está precisando muito de apoio, de um trabalho”... Eu disse: “Ah, então vou fazer. E tem um rapaz também, da AP, que eu conheci, que é engenheiro agrônomo, que é do INCRA, e que quer fazer também um trabalho aqui. A

gente pode fazer um trabalho junto, na região.” Aí eu decidi, junto com esse rapaz e com o padre, fazer o trabalho na região e entrar no BNH.

*Aí você vai fazer trabalho político em Cachoeiras de Macacu e vai, no BNH, ter essa experiência do mutirão.*

No início, a experiência do mutirão foi muito rica. Embora tivesse já uma certa divisão na minha vida de militante política e de profissional, uma vez que a militância, era aquela discussão que eu fazia no fim de semana com os camponeses; algumas noites, o padre vinha, a gente discutia. E havia a militância no BNH que, nesse primeiro momento, é bem renovadora. Mas era uma época de muita repressão...

*Isso é mais ou menos 1969, 70?*

É 70; 1969-70. Aí, a militância passa a exigir muito, eu até fico mais... Meu chefe muda. Eu continuo chefiada pelo João, mas o chefe imediato da gente é um coronel. Então a coisa do BNH também fica muito mais difícil, mesmo. Discutir alguma coisa política, fazer os mutirões de outra forma. Os mutirões passam a ser um problema... Em um ano, eles passam a ser um programa bem pouco incentivado. A gente passa a ser coordenado por um coronel. E eu passo a [me dedicar] inteiramente à militância, a militância política mesmo. E o trabalho em Cachoeiras começa a crescer. E as discussões também. Porque à noite, a escolha é minha mesmo, minha vida era Paissandu, era discussão com a esquerda e tal. E eu digo: “ah, eu não vou ficar na AP, eu vou para a luta armada. Eu vou para a luta armada, não tem jeito. Porque esse negócio da AP não vai acontecer nunca”. A gente estava lá, trabalhando com os camponeses; tinha mais de vinte camponeses, a gente ensinando o que era socialismo, o que era sociedade de classes e tal... Eles participavam muito. Botavam isso na porta da igreja. A sociedade é de classes e tal. Mas não... Aí eu peguei e falei para o padre: “eu vou passar para a luta armada”. E comecei a ter contato com o pessoal da luta armada. E eu já estava... comecei a namorar com Geraldo, que era o agrônomo que estava junto com a gente, que também era de AP, e resolvemos, os dois, passar para a VAR-Palmares. E eu levei o pessoal da VAR-Palmares para um contato... Enquanto isso, eu trabalhava todo dia no BNH e o Geraldo no INCRA. Mas já sem o coração lá, sem muita... Fazendo uma coisa muito mais formal, o trabalho no BNH.

*Mas você continuava ligada ao programa de habitação com mutirão?*

Sim. Mas já numa fase que a gente tinha muito poucos projetos. A gente fazia uma assessoria mais para analisar os projetos. O projeto vinha, a gente fazia uma parte burocrática, analisava, dava o parecer, e raramente ia para o campo fazer os projetos, como no início.

*No início, você tem essa experiência na Praia do Pinto. Você disse também que vai ao Recife...*

Vou ao Recife. Vou... Eu acho que a Bahia também tinha uma experiência. Nós tivemos várias experiências no Rio. Mais do que essa da Praia do Pinto. A gente discutiu a implantação dos primeiros projetos com a equipe local, entendeu? Dando assessoria, discutindo junto e tal. Depois, isso passou a ser uma coisa mais... mais... de aprovar.

*Uma coisa burocrática mesmo.*

É. De aprovar alguns projetos.

*Agora, durante esse tempo, o trabalho de assistente social ligado a essa questão do mutirão encantou você, não?*

É, no início, não é, encantou.

*Sim, é isso que eu estou dizendo.*

Aí eu fui me dividindo. De forma que eu fiquei no BNH de uma forma mais burocrática... Numa equipe muito boa, que me dava apoio, até sabia da minha militância, que era o João, a Regina, todos me davam... Era uma equipe que a gente tinha um apoio.

*O que era bastante nessa época.*

É. Era muito. E também, lá, a gente podia discutir algumas críticas que se tinha aos projetos e tudo. Era um espaço de crítica ali. A gente podia fazer. Claro que tudo com muito segredo, com muito sigilo, porque chegou o coronel. Saiu o Murici, entrou esse outro coronel, que era um coronel fechado com a linha da ditadura. Então... Aí, se torna muito difícil. Porque o marco disso aí o AI-5. Porque eu entrei no BNH antes do AI-5.

*Antes de dezembro de 1968.*

Antes de dezembro de 68. Eu devo ter entrado no comecinho. Então, eu fiquei na Venezuela em 67. Porque o AI-5 foi dezembro de 68. Eu entrei antes. Logo depois teve o AI-5. Aí teve mudanças no BNH.

*De certa forma essa experiência dos mutirões foi um pouco abortada, não é?*

É.

*Pelo endurecimento do regime militar.*

Pelo endurecimento do regime militar.

*Teria podido ser uma experiência maior...*

Mais rica e mais duradoura. E a de cá, [de Cachoeira de Macacu], ela foi se acirrando, porque a de cá avançou com o AI-5. Porque ficou cada vez pior, a própria luta armada começou a crescer. E como eu já tinha aquele fascínio na época da Venezuela, me veio, mais forte, depois do AI-5. Aí eu resolvi ficar mesmo fazendo a luta armada. E aconteceu que... eu levei o pessoal da VAR- Palmares para discutir com os camponeses. Levei, e o padre rachou, porque o padre falou que ele não iria entrar na luta armada; mas ele permitiu a discussão. Não tinha como não permitir, porque o espaço, eu falava, é meu também, eu vou levar. E a gente teve uma discussão com os camponeses. Nessa discussão, os camponeses ficaram muito envolvidos, um grupo de oito camponeses, oito, nove camponeses. E tinha um sargento, que tinha saído do Lamarca, que assumiu esse trabalho. Eu me esqueci o nome do sargento...

*Não tem importância não lembrar o nome, não.*

Então. Um sargento que ficou lá e eu fiquei na cidade, participando mais da luta urbana, fazendo levantamentos para passar no banco, participando da luta da imprensa, e no regional, na Guanabara, no Rio. E me desliguei desse trabalho, que foi passado para esse pessoal mais... acho que o pessoal mais ligado à parte mais armada da VAR. Eu sei que não demorou muito, eu, um dia, acordei, tinham invadido a área, matado dois camponeses. E o cara, o sargento foi morto. [Alguém até disse]: “olha, ele foi morto debaixo da cama”. Porque eles correram, se esconderam, e a repressão saiu. E depois, teve uma suspeita, voltaram, o cara estava escondido, então... Eles mataram dois camponeses. E os camponeses se dispersaram, saíram. Aí nos procuraram. Vocês têm que ir lá, na região, localizar os camponeses. A região toda minada, não é... Eles estavam lá, tinham acabado de matar os caras, as pessoas. E nós saímos para ir para lá. Eu e Geraldo ficamos noites e noites, nas cidades em volta de Cachoeiras de Macacu, procurando os camponeses. E achamos. Achamos eles. Um, assim, um velhinho, estava de óculos escuro, com uma bengala, pedindo esmola, fingindo que era cego e tal; uma moça que estava grávida, com o marido, também

estavam escondidos num abrigo, num cortiço. E nós localizamos eles e daí localizamos todos os camponeses. Aí, nós vimos o que foi que aconteceu. Um camponês tinha um certo delírio, ele dizia que tinha matado não sei quantos soldados... Estava envolvido com a luta, não é. E a gente sabia que eles não mataram ninguém. Eles foram assassinados. O filho dele tinha sido assassinado...

*Brutalmente.*

Brutalmente. Aí nós alugamos um sítio, clandestino, com o dinheiro da organização, um pequeno sítio fora daquela região, numa região mais perto de Petrópolis, e pusemos eles lá. Era um sítio da organização. Nós tínhamos... eu e Geraldo éramos legais, podíamos alugar no nosso nome, com o dinheiro da organização. Colocamos as pessoas lá e ficamos discutindo com a organização onde pôr esses camponeses. Aí a organização tinha uma área já, de guerrilha, no Norte; que eu não sabia onde era, vim saber depois de presa: era em Imperatriz, no Maranhão. Aí nós levamos esses camponeses... o Geraldo levou esses camponeses até a Bahia e entregou, na Bahia, para um outro companheiro, que levou-os para... Eram quatro camponeses, duas mulheres e dois homens. Um casal. E mais dois filhos, duas crianças. Aí, Geraldo levou até a Bahia. Da Bahia, eles foram levados para a área principal de guerrilha, que nós não sabíamos onde era. E nós ficamos na cidade, militando, na imprensa, trabalhando no BNH. Aí pegamos toda a discussão de VAR. A discussão da esquerda dessa época; o fim da esquerda, as pessoas morrendo... Participei do congresso da VAR. A minha vida profissional era ir ao BNH, disfarçada de uma moça que ia lá trabalhar, fingindo... Dava todo dia bom dia para o general – que fazia as coisas – e corria, na hora do almoço, para ir cobrir ponto; voltava às duas horas... Ia no médico, que era o ponto, ia no dentista, que era outro ponto, e à noite cobria ponto, cobria reunião, o tempo inteiro. A minha casa era um aparelho, não é. Ela era legal, mas moravam pessoas lá. A chave vivia com as pessoas que pudessem ir. Geraldo ia, levava, ou eu, nós nos revezávamos, porque também não podiam saber onde era a casa, senão a gente era... Qualquer coisa, se a casa fosse reconhecida, nós éramos legais. E existiam pouquíssimas pessoas legais nessa época. Já era final de 71, então todo mundo era ilegal nesse país; toda a esquerda estava ilegal nesse país. Muito poucas pessoas eram legais. Então a gente era muito valorizado para qualquer trabalho, primeiro, porque tínhamos carro, tínhamos emprego...

*E bons.*

Bons. Geraldo era engenheiro do INCRA, eu era assistente social do BNH. Tudo isso, para passar, tirar um companheiro, para levar em cima de uma barreira e tal, éramos nós que fazíamos. Levamos vários companheiros para cima e para baixo, em coisa assim, está tudo acertado, e a gente poder passar, com o carro legal, dando o nome, minha carteira de motorista, não é. Então fazíamos... o nosso carro servia para isso. E a nossa casa também, para todos os encontros possíveis. Todo mundo de olho fechado e tal. E aí, em dezembro de 1971, dia 3 de dezembro de 1971, a nossa casa foi invadida. Nós estávamos dormindo em casa e... foi invadida por treze policiais armados com metralhadora. Foi uma experiência assim... Eu, Geraldo... E a denúncia. Como tinham chegado... a prisão... Eu estava com muito material em casa, ia haver um congresso da VAR em Recife e o material todo estava guardado na minha casa, que era uma casa legal e tal. Tinha dólares, um bocado de dólares do cofre do Ademar <sup>7</sup>, que também era guardado em lugares legais. E fomos presos. Então, com essa prisão, com essa coisa, nós fomos barbaramente torturados, no DOPS, para onde nós fomos levados.

*No Rio de Janeiro.*

<sup>7</sup> Refere-se ao ex- governador de São Paulo Ademar de Barros.

No Rio de Janeiro. Aí, no DOPS, eu soube que a gente tinha caído por conta do padre, que estava preso também, estava no DOPS; e o padre, pelos camponeses. Parece que os camponeses foram cruelmente torturados, porque foram pegos na área de guerrilha, e eles queriam saber de onde eles vieram. Dizem que eles resistiram. Mas era impossível um deles não ceder.

*É claro.*

Não é? Depois de uma certa... de um monte de tortura, eles falaram: “eu vim de Cachoeiras de Macacu. Quem os aliciou?” Isso também, é muito difícil. Eles não sabiam. Eles sabiam do padre. Aí foi colocado que falaram do padre, que participavam da igreja do padre. O padre já tinha deixado de ser padre, estava ligado à FASE<sup>8</sup> e estava fazendo uma viagem. E foi preso no caminho. Aí eles tinham uma dica: “Você conhece uma moça que é assistente social, chamada Rosa, que ajudava os camponeses, e um rapaz chamado... (não é o nome do Geraldo, é um nome frio) por José. Nós queremos eles.” E o pau e tal. E chegaram na gente. Porque chegaram no BNH. Eu ainda trabalhava no BNH. E há muito tempo que eu não via o Gerson. Mas o Gerson também não tinha condições. Essa corrente de... você ter informações concretas, não é, que não se apagam... Se você tem uma informação... É uma coisa, que depois de três, quatro, cinco horas, dez horas para, então você ainda pode resistir. Quando a informação é muito concreta, eles sabem... Eu fiquei [presa] um ano e um mês. Fiquei 1972 todo presa. Fui presa em dezembro. E fui solta em janeiro de 1973. Eu e o Geraldo. Fiquei na Vila Militar, depois fiquei em Bangu, e depois fiquei... estive numa prisão numa chácara.

*Você tem falado várias vezes no Geraldo. Você se incomodaria – fique à vontade – de dizer o nome dele?*

Não, é Geraldo Leite, o nome dele. Nós fomos casados muitos anos. E estamos separados.

*E aí você é solta.*

Ele também, o Geraldo também. Nós tínhamos sofrido, os dois. No Rio.

*No Rio.*

Aí, do BNH eu tinha sido demitida. É lógico. Eles me demitiram por abandono de emprego. [Ri] Aí eu voltei lá. Logo que eu me senti... eu voltei lá, me apresentei ao general, falei: “olha, eu não abandonei o emprego, eu estava presa. Posso servir aqui?” Falou: “Não, não pode”. [Ri] Então, eles fizeram um processo, me deram demissão, colocando – eu pedi que colocassem – os motivos. Porque o motivo é que eu estava presa. Isso até me ajudou, mais tarde, para a anistia. O Geraldo também estava demitido do INCRA. Nós não tínhamos muito como fazer profissionalmente. Naquele momento, super perseguidos, com uma liberdade condicional, e eu escutando: “venha para São Paulo”. Porque o Geraldo é daqui de São Paulo; é de Santos.

*Aí é que você vem para São Paulo.*

Aí eu vim para São Paulo. Eu vim para São Paulo em 1973. Em 73, quando eu cheguei em São Paulo, tudo bem... A gente foi vendo a possibilidade de uma ação profissional. Aí eu pedi novamente, em Recife, à própria Evany, uma indicação de alguém em São Paulo, que ela conhecesse. E ela falou: “Olha, procura o Chico, Chico de Oliveira, que você conhece. Procura o Chico de Oliveira no CEBRAP<sup>9</sup> e procura a Brites Gondra”. Ela era da prefeitura, e eu, depois, eu fui ser secretária. Aí eu fui no CEBRAP e o Chico falou: “Olha, está

<sup>8</sup> FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

<sup>9</sup> CEBRAP- Centro Brasileiro de Pesquisas.

começando o curso de pós-graduação na PUC, o primeiro curso de pós-graduação em Ciências Sociais, e nós, aqui, enviamos professores do CEBRAP, que vão estar nesse curso. A Carmem Junqueira, que é uma pessoa muito interessante, muito boa, o Bolívar Lamounier. Eu não posso dar aula porque ainda estou cassado mas... Nem eu nem Otávio Ianni. Essas pessoas não vão poder, porque estão cassadas. Mas outras já estão; e são pessoas que não estão queimadas, e são muito boas.” Eu me inscrevi na pós-graduação. Passei, fui aceita. Mandeí meu currículo, fiz entrevista, fui aceita na pós-graduação de Ciências Sociais. Aí já me deu uma forma de estar em São Paulo. Faltava emprego, não é? [Ri] Não tinha. A gente ficou na casa de amigos, eu e Geraldo, mais de cinco meses.

*Nesse curso de pós-graduação de Ciências Sociais, você teve bolsa, alguma coisa assim?*

Não. Não. Porque eu arrumei um emprego logo. Aí, eu procurei a Brites na prefeitura, e a prefeitura estava abrindo contratos para assistente social. Eu apresentei meu currículo e passei; fui aceita.

*Você vai trabalhar como assistente social na prefeitura de São Paulo?!*

Como assistente social na prefeitura de São Paulo. E eles me pediram – até, na época, era muito difícil – eles me pediram um atestado político, de antecedentes políticos. Eu pedi um atestado na polícia comum de São Paulo. E eles deram.

*Que sorte, hein.*

É. Que sorte. Aí... Eu não falei nada para ninguém no trabalho, não é. [Ri] E a Evany também não falou. As pessoas me encontravam... Uma pessoa de esquerda até, a Brites. E a Marta Terezinha Godinho era a secretária. Depois, foi secretária do Covas<sup>10</sup>. Aí eu fui trabalhar numa favela de São Paulo, na favela Vila Maria. E era uma favela assim que... um trabalho muito... na segunda vez que eu cheguei no trabalho, estava a favela cercada, policial por todo canto, batendo. Eu não conseguia sair da kombi. Tremia. O rapaz: “o que é?” - “Vão me prender”. O motorista da kombi dizia: ninguém vai lhe prender. A senhora é uma assistente social. Estão prendendo o povo aí. Eu digo: “não, mas”... [ E o motorista:] “Vem comigo. Eu tenho certeza”. [Ri] Aí desci, morrendo de medo assim, aquela coisa. Porque eu tinha acabado... E depois me acostumei, porque isso era constante na favela. Tiravam as pessoas das casas delas, invadiam ali. Uma ação que não era política. E eu comecei a fazer um trabalho com eles. Acho que foi um trabalho muito importante, o trabalho da secretaria, para mim, me deu muita... A gente fazia o trabalho mais de conscientização...

*Secretaria de Assistência Social.*

De Assistência Social. Então a gente trabalhou muito com a parte de organização da população, com a discussão dos seus problemas, com grupos. Foi uma experiência boa.

*Você trabalhava com outras assistentes sociais? Você trabalhava sozinha?*

Não, com outras assistentes sociais.

*Nesta mesma favela.*

Nesta mesma favela. Era um grupo de cinco assistentes sociais. Essas pessoas, hoje, ainda estão na profissão, são pessoas muito boas, de esquerda: a Leonora, a Soninha. E a secretária era a Terezinha Godinho. Tinha a Brites, a Carminha Falcão, que trabalhava na secretaria nessa época; a própria Aldaíza Sposati, sendo que em outras áreas. E a Luíza Erundina que, depois, a gente começou a ter uma relação com a Luíza porque a Luíza fez a APAS: Associação Profissional dos Assistentes Sociais. E era parte desse trabalho. Então eu

<sup>10</sup> Refere-se a Mário Covas.

não trabalhava na favela diretamente com ela; mas ela trabalhava nas favelas, e a gente tinha relações, as assistentes sociais da secretaria.

*Aí você fica conhecendo a Luíza Erundina.*

É. Só que não fazia um trabalho muito próximo com a Luíza. Conheço a Luíza de um trabalho mais amplo. Ela fazia um trabalho, semelhante ao que eu fazia, mas noutra área.

*É isso que eu ia perguntar. Esse trabalho era feito em outros lugares de São Paulo.*

Em outros lugares de São Paulo. E era muito ligado ao início de um movimento de moradia, que começava nesses bairros; as pessoas se organizaram para pedir a casa, para garantir a urbanização. Então eu aí... Mas esse período foi um período também muito conturbado politicamente. Porque eu tinha começado... Falei: “agora vou me engajar politicamente na profissão”. E nesse ano, no ano de 1974, nasce o meu primeiro filho. Porque eu saí da cadeia, fiquei grávida. Nasce meu primeiro filho e... meu irmão desaparece em 1974. Meu irmão é preso, meu irmão mais moço, e ele fica desaparecido. E isso passa para mim, me toma o rumo da vida, não é. Porque a denúncia, a coisa constante; todas as pessoas diziam: “vai, sai do Brasil, não dá para você ficar”. E eu vou presa pela segunda vez, aqui em São Paulo. Vou presa no dia 9 de abril de 74. Então, quer dizer, eu saí no princípio de 73, e em abril de 74 sou presa novamente.

*Mas aí não por conta de nada que você estivesse fazendo naquele momento, mas por conta do seu envolvimento anterior?*

Não, é bem assim. Por conta do meu envolvimento anterior, mas eu estava procurando o meu irmão, então eu estava, talvez, muito visível. E, além disso, foram presos uns amigos do Geraldo e, segundo a repressão, eles encontraram o currículo do Geraldo na casa desses amigos. E eles... Porque a gente era da VAR e, portanto... o que é que a gente estava fazendo... E acho que devem ter feito alguma relação também com a busca que eu estava fazendo a meu irmão; então fui presa. Meu filho, com cinco meses, ficou dentro do apartamento, com a repressão dentro, por dois dias....

[FINAL DA FITA 1-B]

*A gente trocou a fita. Estamos dando continuidade. Rosalina estava falando do momento em que ela é presa pela segunda vez, em 1974.*

É. Então fui presa em abril de 74 e meu irmão tinha desaparecido em fevereiro de 74. Aí, esse momento, foi um momento muito difícil na minha vida. Eu estava trabalhando já, na prefeitura; eu fiquei trabalhando em 73, passei toda minha gravidez trabalhando. Estava com um filho pequeno e tinha sido presa pela segunda vez, passado por muita tortura. Então eu estava com muito medo que eu pudesse ser, a qualquer momento, assassinada; e, ao mesmo tempo, me sentindo responsável. Eu não podia sair do Brasil porque eu tinha que achar o meu irmão, que dependia do nosso esforço, da nossa luta a vida dele. Ele podia estar vivo, estar em algum lugar e portanto... Então dei muito, muito disso, isso passou a ser central na minha vida. Eu me sentia muito culpada de qualquer prazer, de qualquer alegria que pudesse ter, porque tinha que estar envolvida, constante, na busca de Fernando, não é. E aí, eu acho que nesse momento... a minha vida profissional ficou muito...

*Abalada, não é.*

Abalada. Então a Marta Terezinha Godinho, que era a secretária, soube pelo rádio que eu estava sendo julgada. Porque eu fui julgada em abril de 74, um pouco depois que eu saí



da cadeia. Teve um julgamento no Rio. E eu fiquei em dúvida se eu me apresentaria ou não nesse julgamento, porque eu podia ser condenada a mais de um ano. Se eu fosse condenada a um ano, eu seria solta, porque já tinha cumprido; mas se eu fosse condenada a mais, eu voltaria para a cadeia. Mas me apresentei no julgamento no Rio. E logo depois, no dia, o julgamento saiu no rádio, e a Marta Terezinha Godinho soube. Acho que é importante mostrar esse episódio. Ela me procurou, mandou uma kombi me buscar em casa, e eu pensei: “bem, estou demitida, não é”. E ela falou: “Olha, estou sabendo, soube pelo rádio. Você foi presa?” “Não. Já fui. E fui julgada.” E ela disse: “Eu estou te procurando, fiquei muito ansiosa em te procurar, para dizer, eu sou amiga dos dominicanos, eu sou uma pessoa democrática, eu quero que você continue aqui, na secretaria. E o que você precisar, de apoio, advogado, tudo, pode contar comigo.” E eu falei: “Olha, eu não falei nada sobre meu passado político quando eu entrei aqui porque eu sei que vocês não podiam correr esse risco, de me contratar, sabendo que eu tinha problemas políticos. Por isso não falei.” E foi muito bom esse apoio que ela me deu, porque conseguiu me manter. Nesse período, eu faltei, viajei muitas vezes para o Rio, para Recife, atrás de Fernando, na busca de Fernando.

*Você foi julgada...*

Fui julgada e condenada a um ano.

*Você já tinha cumprido.*

Já tinha cumprido, fiquei solta. Aí voltei para São Paulo. Fui ao julgamento, voltei para São Paulo e me apresentei no meu trabalho normal.

*E continuou trabalhando.*

Continuei trabalhando. Eu nunca parei de trabalhar.

*Sempre esteve ligada.*

Nunca estive inteiramente clandestina.

*Sei. Nunca estive. Bom. E nesse momento então, tinha sido julgada, tinha sido condenada mas cumprido a pena, enfim, desse ponto de vista, as coisas tinham mais ou menos chegado a um termo.*

É.

*Agora você, nesse período, falou também que foi fazer o curso de pós-graduação de Ciências Sociais na PUC de São Paulo. E aí... Claro que interrompe também, por conta disso tudo; mas você continua fazendo esse curso?*

Continuo. Continuo. Esse curso foi muito importante para mim. Foi com ele que eu passei a ser professora na universidade. E meu orientador de tese de mestrado foi o Otávio Ianni, que é uma pessoa maravilhosa, um grande companheiro. Ele tinha acabado... ele tinha, também, sido expulso da USP, não é? E ele tinha acabado de ser reintegrado na PUC, porque a PUC foi que primeiro recebeu e contratou os professores cassados. Aí o Florestan<sup>11</sup> e o Ianni foram para lá. E o Ianni foi meu orientador da tese.

*Como é que foi esse curso de pós-graduação? Eu queria que você contasse um pouquinho quem foram seus professores.*

Era um curso... muito bom. Era um curso, para época assim, um privilégio fazer esse curso. Eu tive Florestan Fernandes como meu professor, Otávio Ianni como meu orientador, a Carmem Junqueira, o Bolívar Lamounier, tinha muitos... colegas muito bons. Teve muita discussão política; lemos o “O Capital”, com Ianni. Sendo que eu fiquei no curso muito

<sup>11</sup> Refere-se ao sociólogo Florestan Fernandes.

tempo. Eu me formei, eu defendi minha tese de mestrado em 1981, e eu entrei no curso em 1973. Mas como teve muitas paradas e tal, eu passei muito tempo para defender a tese. Mas isso também foi bom, porque eu sempre fazia uma matéria, sempre tinha um exercício, porque eu sempre fiquei vinculada, para não perder o curso, não é. Não me desliguei do curso.

*E os professores eram de...*

E os professores eram todos de esquerda, todos, a maioria deles sabia a minha história, tinham passado por história semelhante.

*E eram de primeiríssimo time.*

Muito. Foi um privilégio esse curso.

*E foi bom do ponto de vista da sua formação?*

Foi muito bom. Foi bom do ponto de vista da formação, foi muito bom o contato com a universidade, com a PUC, que era um espaço muito democrático. Eu estava saindo do curso de pós-graduação quando teve a invasão; quando a PUC foi invadida, eu era aluna da pós-graduação. Quando a Nadir Kfourri foi eleita... eu já era professora... Não... Eu peguei o final do segundo mandato dela. Mas peguei, como estudante, a eleição dela para reitora. Então... A SBPC quando aconteceu, na PUC, a primeira SBPC, que a PUC cedeu o espaço para acontecer <sup>12</sup>; quando era para acontecer, o congresso da UNE <sup>13</sup>. Então eu vivi, como ...

*Como estudante desse curso de pós-graduação.*

Como estudante, esse outro momento. Que é diferente do meu momento de estudante de graduação. Que esse é o momento de 70, não é, de 75, 74. E nesse momento também teve uma coisa muito importante para mim, que foi a minha militância no movimento feminista. Porque quando foi em 75... Meu irmão sumiu em 74, eu estava... saindo desse sufoco enorme. E a prefeitura estava também muito ruim, a direita estava muito forte. Então eu comecei a militar no movimento de mulheres; pelo meu desejo de militância, era uma militância mais protegida, e eu entrei num jornal chamado *Brasil Mulher*. Fui conselheira editorial desse jornal durante muito tempo. E foi uma experiência também impressionante. Eu me transformei; quer dizer, foi um outro lado. Porque com a luta armada, com essa vida anterior, eu tinha muitos questionamentos em relação à questão da mulher. Mas isso mudou muito com minha militância feminista. Então o feminismo foi muito importante para mim.

*Mudou você em quê?*

Eu acho que mudou assim, na questão da discussão da política mesmo, para passar de uma política do tradicional para uma política do cotidiano; de politizar as relações pessoais; de dizer, o cotidiano é político, a subjetividade é importante, o ser humano não é feito só do social, só do coletivo, ele tem uma subjetividade; essa subjetividade, nas mulheres, tinha uma... E o movimento feminista trouxe muito isso para a gente, essa discussão dessa outra dimensão, a dimensão individual, a dimensão subjetiva. Eu acho que isso foi muito importante para a política. Então eu me candidatei, não é, a deputada estadual, em... em 1986. Foi até mais ou menos pouco depois.

*Em 1986.*

1986. E pelo movimento de mulheres. A campanha, o panfleto da minha campanha era assim: “Sem paixão não dá.” [Risos] Porque era uma luta assim, das mulheres, e o PT ainda não assumia tanto essas lutas. Os companheiros falavam: “mas a sua bandeira de ordem é

<sup>12</sup> SBPC- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

<sup>13</sup> UNE- União Nacional dos Estudantes.

sem paixão não dá?” [Ri] Daí... sempre fiz assim. Na hora da discussão da campanha, foi uma época que era o Lula candidato, todo mundo ia para as fábricas. E eu – “ah não, eu detesto acordar cedo”. Esse negócio, levar esses papéis sobre... o feminismo também é socialismo; uma mulher, um homem, uma luta – que eram do panfleto meu e do Genoíno<sup>14</sup>, – isso não vai dar certo nas portas de fábrica. Vamos fazer à noite. Então fiz muita campanha à noite, nos bairros boêmios da cidade, nos bares...

*Aí, você já estava ligada ao PT.*

É, eu já era PT. Porque em 79 eu me filiei ao PT. Fui da fundação do partido. Eu participei da fundação e através do movimento das mulheres. O MDB<sup>15</sup> tinha acabado de fechar, mas ele tinha uma associação de mulheres, e metade ficou no PMDB e metade foi para o PT. Eu fui para o PT. Aí fui participar da organização da comissão de mulheres do PT. Militava e participei da campanha em 86. Quando... Nessa campanha, a Luíza também foi candidata. Nós fomos muito irmãs.

*A Luíza Erundina.*

É. Fomos muito irmãs. Antes de eu sair, eu disse: “Ah, eu vou falar com a Luíza. Ô Luíza, olha, eu vou me candidatar também. Mas eu não estou fazendo campanha... basicamente não na sua área.” Porque a Luíza tem uma área muito específica, o movimento de moradia, não é. E eu tinha me afastado mais desse movimento, eu fazia uma campanha muito feminista, das mulheres. E terminamos: “Ótimo, vamos sair juntas”. Fizemos muito debate juntas. Ela foi eleita, eu não fui, mas tive muitos votos. E também foi muito boa essa experiência; que dá para não ter nunca mais...

*Foi boa, não é. [Ri] Você, paralelamente a isso, continuava a trabalhar como assistente social na Secretaria.*

É, na Secretaria. Eu trabalhei sempre. Assim, fiquei como assistente social na Secretaria, depois na Cohab, participava... participei do movimento... E fiz alguns trabalhos com mulheres na Secretaria. Por exemplo, o movimento de creches teve uma repercussão grande dentro da Secretaria, porque os movimentos de mulheres da periferia ficaram exigindo da Secretaria as creches. Aumentou o número de creches.

*Você podia falar um pouquinho sobre esse trabalho que você faz, de movimento de creches. Porque de certa forma, eu acho interessante pois ele articula, de um lado, essa sua experiência, que tem a ver com a habitação, (não deixa de ser) com a coisa feminista, e acaba chegando nas creches.*

É. Nesse momento das creches, foi assim. Na prefeitura, a gente tinha ainda os acessos, nas regionais que a gente ficava, ao movimento de creches, porque eram os movimentos das mulheres, e ao movimento das donas de casa. Porque, naquela época, existiam associações das donas de casa. O movimento das mulheres por saneamento, luz, água. E essas coisas a Secretaria tinha, através da discussão local, um acesso. E eu tinha também um acesso, via Secretaria. Claro que, nesse momento, havia uma disputa entre o movimento e o poder institucional. E eu sempre me identificava como uma pessoa do movimento, porque todo mundo me conhecia do movimento; então isso me facilitava também o trabalho de base na Secretaria. Não um trabalho das instâncias superiores, mas eu era uma pessoa de base da Secretaria. Eu trabalhava nas áreas, eu não tinha nenhum cargo de direção, mesmo desse movimento, eu nunca tive.

<sup>14</sup> Refere-se ao político do PT, José Genoíno.

<sup>15</sup> MDB- Movimento Democrático Brasileiro, o partido de oposição do sistema bipartidário do regime militar.

*Esse trabalho de movimento de creche, Rosalina, você acha que é uma coisa de impacto? Eu estou perguntando isso porque, nesse projeto mesmo, Memória da Assistência Social, a gente tem conversado com pessoas que têm apontado a questão das creches como um programa de grande valor, assim, estratégico para a população.*

Eu acho.

*Você concorda com essa visão?*

Concordo. Eu acho que é muito assim: nos lugares que tinha a creche, as mulheres conseguiam trabalhar, melhorava a saúde mental das mulheres, que tinham onde deixar os filhos. Além do mais, as crianças... é um direito das crianças, não é nem das mulheres. As crianças passaram a ser protegidas. As creches eram de ótima qualidade. Foram feitas... Inclusive depois, tinham uma qualidade muito boa frente ao que é a condição das casas na periferia. Então é um espaço [bom]. Muitas das creches fizeram uma política pedagógica muito interessante, com propostas pedagógicas, muitas delas tiradas de... quer dizer, tiradas, apreendidas em escolas que são dos filhos da burguesia, escolas caras, particulares, como usar o método construtivista, a partilha. Então eu acho que é uma... A pena é que as creches atendem vinte por cento da população que dela precisa, quer dizer, da família de zero a quatro salários. Ela não chega a vinte por cento. Então é um pingo, não é, são muito poucas, apesar de ter quase seiscentas, setecentas creches. Mas não é nada para o tamanho de São Paulo.

*Algumas dessas experiências teve a ver com o movimento de creches da LBA? Porque a LBA, mais de uma vez, atuou nessa área de creches.*

Eu não me lembro.

*Não. Essas que você teve contato eram da prefeitura e tão somente da prefeitura.*

É, da prefeitura. Só as creches da prefeitura. Porque quando eu tive contato também com a política de creches, quando eu fui secretária, depois, municipal de Assistência Social, e as creches eram parte da secretaria, as creches da LBA eram muito... eram creches conveniadas, mas com *per capita* baixíssimo: *per capita* de 50 reais, por criança. Era uma coisa que não dava para ter nenhuma qualidade. Então, o que é que as creches faziam? Eram mantidas pelas entidades sociais ou pelo próprio recurso para os meninos, que terminavam indiretamente pagando, através do casal e de outras... ou até de pagar uniforme, pagar alguma coisa, mas pagavam, porque o recurso da LBA era muito pequeno. E além do mais, a LBA não dava assistência, não dava capacitação, não dava assistência técnica. Então, eram muito precárias as creches da LBA. Essas da prefeitura não, as creches da prefeitura eram... Quer dizer, no início, as creches foram feitas assim, foram indicados os diretores de creche, da própria população. Tinha que ter o título, mas eram as pessoas da própria população, indicadas pelo movimento. Depois não, depois foram sendo mais... feito só pela seleção e tal. Mas em São Paulo se conseguiu muitas creches nessa época. O movimento foi muito forte. E o movimento feminista colocou a creche, e aí foi uma discussão muito feia porque – a creche é uma bandeira feminista? Ela é uma bandeira de homens e mulheres, não é, mas interessa prioritariamente às mulheres. E terminou o movimento feminista como um todo incorporando, junto com o movimento de mulheres, essa bandeira.

*Das creches.*

Das creches. Aí foi uma época importante. Eu estava na secretaria.

*Essa época em que você se engaja mais no movimento de creches...*

E não só no movimento de creches. Que a gente lá na Secretaria trabalhava com a população, um movimento muito forte. Foi... o que eu falei, das donas de casa e tal, foi o

movimento contra a carestia, que foi muito forte. Bater as panelas vazias, as mulheres na frente. E como eu estava no movimento de mulheres, esses movimentos foram todos se aglutinando. A reorganização do movimento popular tem um veio muito forte no movimento de mulheres. Até porque, de início, o movimento de mulheres foi mais permitido, e as pessoas procuravam o movimento porque tinham mais possibilidade de organização do que num outro movimento, que estava mais marcado, ainda, pela repressão.

*E havia articulação com o PT também? Ou não?*

Não, no início. Porque o PT vai... é de 1979. A partir de 1979, sim.

*Sim. Quer dizer, eles se organizam, e depois que tem o PT também há uma articulação com o PT.*

Também. Muito. E eu tinha aí, então, uma tripla militância, porque eu era do PT, eu era do movimento feminista e eu trabalhava na Secretaria.

*Como assistente social.*

Como assistente social. Então a gente tinha e tinha muita... porque aí começou a ter muitas assistentes sociais trabalhando nesses movimentos populares, tanto na carestia como... Uma coisa muito forte no movimento, a presença das assistentes sociais. Eu acho que a Luíza deve ter falado isso na entrevista dela, porque ela teve um papel muito importante nessa época, nas assistentes sociais.

*Mas eu queria que você falasse. Eu queria que você contasse também essa história. Eu acho que esse momento é extremamente rico, no caso da história da assistência social, especialmente aqui, em São Paulo, porque há toda uma rearticulação. A formação, digamos, a revitalização, mais uma vez, da Associação. Enfim, eu queria que você contasse da sua participação pessoal nessa experiência.*

Eu acho que era muito importante esse movimento, o movimento da Associação. O movimento, depois, é que passa a ser um movimento nacional... que aglutina o pessoal do serviço social e a Secretaria, que foi um espaço muito importante para as assistentes sociais também. A Luíza foi uma pessoa super importante nessa articulação. Porque ela era da Secretaria, trabalhava no movimento popular, e começou a organizar a categoria. E as assistentes sociais tinham um papel importante, porque elas eram ligadas à base, eram os profissionais que mais tinham acesso à população, até pela... muitas delas tinham uma dupla militância, a militância profissional e a militância política... muito forte, nessa época. A minha militância maior era feminista, do que no movimento popular; embora eu tivesse organizando o movimento popular, eu tive uma forte vinculação, ligação com o movimento de mulheres. Então essa foi a época que a gente participava efetivamente de congressos... *(Entra alguém na sala.)*

*Estou te atrapalhando?*

Não, não.

*Então eu queria realmente que você falasse sobre esse momento em que a Luíza Erundina, vamos dizer, atua organizando... Eu sei que há um congresso importantíssimo, aqui, em São Paulo, de assistentes sociais.*

É. Eu fui ao congresso. Foi um congresso brasileiro de assistentes sociais. Foi muito importante porque dá uma mudança na categoria. Eu não sei mais o que eu posso falar... dá para falar dessa importância. Porque eu acho, assim, você deve estar um pouco ainda com a Luíza. Eu acho que foi para ela mais importante do que para mim. Porque eu atuava mais no movimento... Para mim, assim, se fosse destacar o que foi mais importante neste período, do ponto da minha militância, foi o movimento de mulheres. Porque acho que o movimento de

mulheres, aqui, no Brasil, começou, no PT, a mudar o discurso masculino. Eu me lembro dos operários, tipo o Lula, o pessoal que vinha do movimento inteiro, começar a ficar preocupado com as mulheres que participavam dos encontros do PT, e diziam: “vamos politizar o cotidiano; não existe cara que possa ser democrático aqui se não for democrático com sua mulher, se não for democrático em casa; socializar as tarefas domésticas”. Então isso passa a ter, dentro do partido, uma importância muito grande. Aí tem a eleição das candidatas mulheres dentro do partido. A candidatura da Eneide Cardoso, com bandeiras bem específicas de mulheres, da Lulu, no Rio, foi importantíssimo isso para a gente. A discussão da legalização do aborto dentro do partido, a discussão, nos encontros do partido, a gente colocava – “olha, nós somos pela legalização do aborto, nós somos feministas. Não é que nós somos do movimento feminino, nós somos feministas. Isso significa uma postura em relação a costumes, a valores, uma modificação da forma de pensar o ser mulher, o ser homem. Tem que discutir bandeiras de subjetividade nos programas do PT, tem que incluir a política do cotidiano”. Então, essa questão, para mim, foi muito forte, eu me dedicava muito ao partido. Eu acho que, nesse momento, também a militância partidária estava muito forte.

*Você não trabalhou tanto, então, dentro da Associação de Assistentes Sociais.*

Não. Eu participei mais do movimento de mulheres, no movimento feministas. E que não tinha muitas assistentes sociais. No movimento feminista não tinha. Tinha muitas mulheres de várias áreas, muitas mulheres de ciências sociais e engenheiras, médicas, e tinha muitas militantes no movimento. O movimento de donas de casa foi muito forte, a mudança da cabeça das mulheres. A gente teve um contato muito forte, nessa época, com o movimento lésbico também. E que foi uma... uma quebra de valores, de tabus, enorme. Você imagina, você levar esse movimento, discutir com as mulheres (do movimento) das donas de casa. Tem o encontro de Valença, que foi um encontro feminista que teve em Valença, em 84, onde teve muita discussão de liberar a sexualidade, e que vêm as mulheres da periferia. O encontro era todo só de mulheres: os garçons eram mulheres, quem servia no encontro era mulher, entendeu? Então muito... Porque estava muito acirrada a questão. E isso, para a periferia, mudou muito a cabeça das mulheres, não é. Muito. Assim, das mulheres brigarem com os maridos porque tinham vida própria, porque tinham autonomia, porque tinham que sair de casa. A postura com a discussão da sexualidade, uma abertura mais democrática com relação a isso, a questão do aborto, a questão de uma contracepção livre, o direito de ter ou não ter filhos – as mulheres poderem optar por não ter filhos. Então, acho que essa bandeira, ela politizou muito o movimento; e politizou muito, foi muito influente dentro do PT. Por isso eu digo, quando eu fui candidata em 86, foi uma candidatura feminista, foi colocada essa questão. E era uma questão ainda muito pouco presente. É muito semelhante à campanha de Lulu Arruda no Rio. Agora, eu... Só voltando um pouco. Eu saí da prefeitura em 1977 ou 1976. Eu saí muito cedo da prefeitura. Eu não peguei, na prefeitura, todo esse pedaço.

*Ah, você sai. Você deixa de ser assistente social da prefeitura?*

Deixo. Em 1976.

*Ah...*

Aí tem que pegar uma questão. Em 76, eu deixo a prefeitura e vou para o SEAD. Você conhece o SEAD? Sistema Estadual de Análise de Dados. Que é um órgão da Secretaria de Planejamento, em São Paulo. Que hoje é um órgão muito informado, tem os dados todos. É do SEAD, todas as pesquisas e tal. Mas é um centro de pesquisa. O SEAD não é de ação política local. Aí eu passo a fazer mais pesquisa, a ser pesquisadora mesmo, fazer uma pesquisa de mulheres trabalhadoras... Então eu trabalho mais como pesquisadora, me afasto mais dessa luta de mulheres... de... assistente social.

*Mas você sai porque você quer, naturalmente.*

É, porque era melhor. O SEAD era melhor, mais equipado. E era um campo diferente. Era um campo mais de pesquisa. Eu já estava querendo entrar para a universidade, estava terminando de fazer...

*A sua pós-graduação.*

A minha pós-graduação, aí eu preferi ir para o SEAD.

*Você defende a sua tese quando?*

Em 1981. E a minha tese já é dentro desse campo das mulheres. Ela foi publicada, é um livro, está publicado, que se chama “A operária metalúrgica”. Foi orientada pelo Ianni. E é o estudo das mulheres trabalhadoras. Do ponto de vista da mulher, do ponto de vista da lógica feminista e tal.

*Então, você vai para o SEAD, e fica lá um bom tempo?*

Eu fico lá até 1979. De 76 a 79. Aí, lá, eu não era assistente social, eu era...

*Pesquisadora, que você falou.*

Pesquisadora. Analista pleno. Analista pleno, que é uma pesquisadora de nível intermediário.

*Mas você acaba voltando para a área da assistência social.*

É, não volto [logo]. Só volto bem mais tarde. Porque em 80... Porque, logo depois disso, eu entro na universidade. Aí volto para a área, mas como professora de serviço social.

*Mas de toda forma está voltando.*

É, a dar aula. Que eu gosto muito.

*Eu estou considerando que, quando você vai para a área do ensino, trabalhar na Escola de Serviço Social, você volta.*

É, volto. Não volto para a prática específica. Aí eu volto para uma outra militância, que é a formação, e que é um enorme desafio.

*E você vai ser professora da PUC.*

Vou ser professora da PUC.

*E você vai dar aula de quê, Rosalina?*

Vou dar aula na Faculdade de Serviço Social, em planejamento social, que hoje chama-se gestão social; e depois, um trabalho que a gente faz com o primeiro ano, que hoje chama-se oficina de trabalhos... de sensibilização para a questão social e, na época, chamava-se seminários da prática. E eu passo a ter quarenta horas na universidade. É o meu emprego principal.

*Você passa a ser professora, efetivamente.*

É. Fiz concurso, passei no concurso, então passei a ser professora da universidade, com quarenta horas; uma dedicação principal, dedicação quase que exclusiva à universidade. Aí foi quando eu imponho a minha área de pesquisa, pesquisa em gênero, e começo a ter um trabalho com o movimento também, já na área acadêmica; começar a estudar e a discutir.

*Aí você junta serviço social e gênero.*

É. E formação.

*De assistentes sociais.*

De assistentes sociais. E até hoje estou na PUC, nunca saí da PUC. Só tive duas licenças, que eu pedi, licença do meu trabalho de professora; uma foi para disputar, em 86, o cargo de deputada, de uma perspectiva feminista. As assistentes sociais, teve assistentes sociais que votaram em mim, mas a candidata das assistentes sociais era a Luíza Erundina, que foi candidata nessa mesma época. E, em 1990, eu fui chamada pela Luíza. Luíza já era prefeita de São Paulo... Não. Antes de 90, em 89, eu fui anistiada. Eu entrei com o processo de anistia porque teve... em 86, teve a Assembléia Constituinte... Eu entrei em 86 com o processo. Mas fui anistiada em 89. Em 86, a Constituinte, em sua abertura, ela anistia todos os militares e todos os funcionários públicos, com todos os direitos, como se você nunca tivesse deixado de trabalhar naquele órgão. Então você volta para o lugar onde você estava, com as promoções... sem ser de mérito, promoção em tempo de serviço. Então, os militares todos voltaram, não é, e os funcionários públicos. Como eu era funcionária pública, o ministro me deu a carta para voltar para o BNH. Não existia mais o BNH. Aí eu voltei para a Caixa Econômica, que era quem tinha incorporado as assistentes sociais. E foi muito interessante o meu trabalho na Caixa. Eu trabalhei dois anos, de 1989 até 90. Eu fui e me apresentei nos Recursos Humanos da Caixa Econômica como anistiada; e, para surpresa minha, tinha três alunas lá me esperando. [Ri]

*Da PUC.*

Da PUC. “Ah, professora, você vai ser nossa chefiada agora. Sou sua chefe.” E a gente fez um trabalho de recursos humanos interessante. Eu não tinha experiência em empresa. Eu diminuí minhas horas de trabalho na PUC, só diminuí o meu tempo, parcial, e trabalhava um período na Caixa. E tivemos um trabalho de preparação de aposentadoria com o pessoal de Aids... Um trabalho muito interessante. Foi uma coisa muito revitalizadora para mim também; trabalhar com as minhas alunas, voltar a um trabalho de base numa empresa, que eu não tinha muita experiência. E quando foi... A Luíza foi eleita nesse ano, em 89. Eu não participei do governo porque, inclusive, eu estava sendo anistiada, e tinha que assumir meu cargo de anistia. Em 1990 a Luíza me chamou para ser secretária municipal daquela secretaria que eu tinha entrado no meu primeiro trabalho em São Paulo. [Ri]

*De Assistência Social.*

É. De Assistência Social. A mesma secretaria, o mesmo prédio. Só que era no gabinete da secretária, onde eu nunca tinha entrado, nos meus anos todos em que tinha trabalhado lá. E foi muito boa a experiência, acho que foi uma experiência das melhores da minha vida. Não voltaria a ter, não é, porque acho que é muito sacrifício ser governo, mas foi muito interessante.

*Eu queria que você contasse um pouco dessa experiência. O que é que você achou mais significativo.*

Mais significativo, era assim... A gente ter uma cidade do tamanho de São Paulo, com toda a política de assistência social na mão, com orçamento razoável, não é.

*Afinal, a prefeita era assistente social.*

Todo o apoio da Luíza, porque era a secretária dela, então ela disse: “olha, aqui tem que dar certo”. A gente puxou, preencheu uma ficha dela na secretaria, fizemos uma ata. E num momento especial do Serviço Social, porque era quando estava votando a LOAS, a Lei Orgânica da Assistência Social. E a gente estava se cumprindo, a gente estimulou muito participação na questão da construção da LOAS.



## [FINAL DA FITA 2-A]

*E também do Estatuto da Criança e do Adolescente...*

Do Estatuto e da LOAS. Então foi muito importante. Foi implantar... Também implantamos, procuramos construir uma política nessa perspectiva do Estatuto, na perspectiva da assistência social ser uma política pública, uma política de direitos. E, nesse sentido, a gente fez um plano muito interessante: acabamos com todas as ações pontuais, focais, para tornar a política pública. Eu trabalhava vinte horas por dia. Uma loucura. Com equipe, assim. Um trabalho coletivo muito interessante, equipe basicamente de assistentes sociais. E a Luíza é uma pessoa muito correta, muito amiga, muito... e dando muita força, para que a Secretaria desse certo. Então o trabalho foi... foi um trabalho muito bom. Quer dizer, difícil para mim, divide a minha vida pessoal, porque você não tem tempo para nada. Eu tive que ficar dois anos fora da universidade, atrasei e muito meu doutorado. Aí voltei para a universidade...

*Não. Mas antes de você voltar para a universidade, quero que você fale mais um pouquinho. Você falou que era o momento fundamental de aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social. A Lei Orgânica da Assistência Social, ela intervém do ponto de vista da construção de políticas públicas nessa área?*

Sim.

*De que maneira mais específica?*

Primeiro, ela prevê que a ação não seja... como eu estava falando – uma ação pontual, que se estabeleça ação em rede; que a ação da assistência social tenha uma perspectiva participativa. Então a gente criou uma participação, que foram os Conselhos de Gestores de todos os equipamentos: Conselhos Gestores de creches, porque as creches eram da Secretaria de Assistência Social, na época; Conselhos Gestores nos equipamentos conveniados. Quer dizer, a gente não chegou a implantar esse dos conveniados, mas a idéia de se fazer esse Conselhos Gestores.

*Sei. Esses conselhos não chegaram...*

Não, os da creche chegaram. Os das creches. O das conveniadas não. Os equipamentos diretos, sim. Estabelecia, por exemplo, criar uma rede de programas de geração de renda, que nós começamos e implantamos muita coisa, que conseguiu resistir ao governo Maluf. As padarias comunitárias, que implantamos seis ou sete no município. São poucas, mas era numa perspectiva da gente fazer rede. Então, eu acho que a experiência foi muito boa, muito gratificante. E a Lei Orgânica permitia isso, o estabelecimento dessa Secretaria como assistência pública. E depois, acho que nos permitiu também uma discussão dentro do PT. Porque o PT, como a esquerda, tem, com relação a assistência, uma posição ainda muito preconceituosa, de rebaixar a assistência. Não [dar à assistência] a condição de uma política pública, mas considerar uma política apenas complementar, apenas compensatória, não [assumindo] a idéia de uma política de proteção, mesmo, de direitos. Isso a gente foi implantando na Secretaria. Deixa eu terminar? [Ri]

*Está bem. Então vamos terminando. Você volta para a PUC e...*

Eu volto para a PUC. Isso é 1990. E agora eu estou nesse campo de extensão, aqui<sup>16</sup>. Fiz um trabalho com crianças e adolescentes da PUC. Porque para mim, é muito difícil, ficar só na universidade. Eu acho assim, eu sinto uma falta muito grande do contato com o

<sup>16</sup> Refere-se ao projeto Refazendo, em cuja sede a entrevista foi realizada.

trabalho direto, com o trabalho com a população. E esse projeto aqui é um projeto pequeno, específico, trabalhando com crianças da favela, com adolescentes em situação de risco, e eu estou dando a supervisão. Mas eu imaginei, idealizei, construí, escrevi. E estou sentindo assim uma... Eu me sinto muito bem. Estou descobrindo coisas da subjetividade desses meninos, que hoje, com dezesseis, quatorze, quinze anos, estão assaltando nos faróis, nas portas de banco. O quanto essa sociedade empurra esses meninos para isso, não é. E como no universo deles isso já está sendo... Não é naturalizado, não, mas está sendo uma estratégia de sobrevivência. A única. Porque quando você não tem futuro, não tem perspectiva... Esse menino chega para a gente e diz: “minha única forma de viver, de sobreviver, nesse mundo, é assaltando você”. E como discutir com esses meninos, sem pensar na perspectiva de aconselhar, de buscar uma idéia, uma fórmula pronta de tirá-los [disso]? Não é isso [que queremos]. Queremos compreender essa subjetividade e como levar a construir outros caminhos de valores, de atitudes, de vida, nessa sociedade consumista, que induz o tempo inteiro ao consumo, a vale quem tem. E está sendo muito interessante o encontro dos meninos da universidade [com eles]. Porque a cidade é cada vez mais segregada, meninos que nunca viram esses meninos, ou os viram assaltando, mas nunca os viram no lugar onde eles moram, na casa onde eles vivem, olho no olho. E está sendo muito rica a experiência.

*E acho que o inverso também; esses meninos que assaltam, verem, digamos, aquele que é assaltado de uma outra perspectiva.*

E poder pegá-los, não é. Agora mesmo estava discutindo. Os meninos [da faculdade] estão na maior discussão. Para isso eu vou voltar, agora; para essa discussão: as regras da casa. Porque os meninos [de rua] saíram da violência física; eles não batem, mas eles chamam palavrão para os monitores, empurram, tocam. E têm dezessete anos. São enormes. Roubam e correm para aqui, porque tem proteção. E quando eles são presos, na delegacia, a primeira pessoa que ligam é para aqui, não é para casa. E aonde vai a proteção? Até onde vai o limite? aonde vai... Está sendo um desafio, não é.

*É. Um desafio enorme.*

Enorme. Ah, me desculpe...

*Vamos concluir. Vamos só concluir. Está ótimo. Eu só quero concluir, no seguinte sentido. Você disse quando a gente estava conversando, que, logo que se formou, você teve muitas dúvidas sobre se ia se profissionalizar como assistente social e, inclusive, se a profissão ia ser uma coisa que responderia de certa forma, a seus anseios de intervenção social, de transformação da sociedade.*

Estou convencida. Estou convencida que é. É a profissão que eu escolhi, que eu escolheria de novo. Acho que há o encontro da militância na profissão; muitas pessoas, muitas colegas minhas de profissão fizeram mais cedo, eu fiz esse encontro mais tarde. Mas eu fiz esse encontro quando comecei a trabalhar na formação, quando comecei a trabalhar na PUC e fui fazendo esse encontro com a profissão. Consolidei-o quando fui secretária; e hoje, com essa ação de extensão. E eu sinto assim, que eu não escolheria outra profissão; que essa é a profissão, pelo menos para mim, que me permitiu assumir um compromisso maior com as classes trabalhadoras. É um projeto político inteiro, não só como militante mas como cidadão e como profissional.

*É difícil ainda, do ponto de vista político, essa perspectiva de ver a assistência social como uma política pública efetiva, que tem que ter um espaço respeitado e alargado.*

Eu acho que já começa a ter. Eu acho assim, que hoje, por exemplo, o governo de São Paulo, o governo da Marta,<sup>17</sup> está fazendo algo interessante. Podem ser políticas ainda de proteção para uma renda mínima, com uns programas de apoio aos adolescentes, com uma população de rua. Mas eu acho que já se começa a sair de uma visão focal para uma visão mais pública, mais de política. Claro que acho que ainda tem muito chão para discutir. Inclusive, até com a própria esquerda...discutir mais. Porque a política social, incorpora a assistência social, que é uma política pública, mas para aqueles que dela precisam. Então ela tem que ter a universalidade das outras políticas, mas tem um traço de... claro que tem um traço de proteção.

*Toda política social geralmente tem um traço de proteção.*

Tem, mesmo que tenha a universalidade.

*Vamos dizer, você se surpreendeu com a extinção da LBA?*

Ah eu me surpreendi; acho que de uma forma ruim. Porque... Como foi feita a extinção. Não é só a extinção. Porque a extinção da LBA veio acompanhada da extinção da própria Secretaria de Assistência Social. De colocar a assistência social, em vez de ser uma política pública, colocá-la no lugar de primeira dama, que é uma coisa que acho que nós já tínhamos superado. Eu acho que foi um retrocesso, foi a compreensão da assistência social como uma política de damas.

*Mesmo com todas as questões que a LBA teve... Não estou nem me referindo ao último momento, com a Rosane Collor de Melo, não. Anteriormente mesmo. Você, mesmo que não tenha tido muito contato, você considerava que a LBA tinha um papel na assistência social?*

Acho que tinha; tinha sim, um papel grande. Eu acho que a extinção da LBA representa a reforma do Estado brasileiro, representa uma concepção em relação à assistência. Eu fiz a crítica do *per capita* da LBA. Tenho várias outras críticas. Como a gente tem todas as críticas com relação aos vários órgãos de... política pública. Mas isso não significa a falta de necessidade... Tem que ser vista como foi. Qual o motivo? O que é que está por trás? Os motivos políticos.

*E as experiências que se desenvolvem a partir de então, como o Comunidade Solidária. Você considera que deixam a desejar.*

Sim. Porque é a subalternização da política da assistência social. A Comunidade Solidária é colocar... ou tirar a política de assistência do espaço público para reservar ao estado da caridade, que hoje não se chama mais caridade, mas se chama sociedade civil. Então, colocar para a sociedade civil algo que é público, que é direito, e não é favor, benesse. E a Comunidade Solidária tem essa visão. Eu acho que é um demarcador de águas. O que eu sinto é que... Eu acho que a própria esquerda ainda tem uma visão muito conservadora. Não tanto, não é. [Ri] De fazer a Comunidade Solidária.

*Você sente falta, por exemplo, nós estamos agora, num momento pré- eleitoral, de campanha de candidato a presidente da República. Você sente falta, nesses programas, no que está sendo dito, pelo menos, até agora, nós estamos em julho, da parte social?*

Ah eu sinto. Sinto. Porque... Mesmo no programa do Lula isso não está claro. O programa do Lula não fala da assistência social. A própria Marta, eu acho que ela tinha muito pouco conhecimento nessa área. E só agora ela chamou a Aldaíza<sup>18</sup>. Nós estamos no segundo ano do governo. No primeiro ano, a secretaria foi dada a um médico, não a uma assistente social. E a um médico que não era da previdência, não tinha relações com a

<sup>17</sup> Refere-se à prefeita do PT, Marta Suplicy.

<sup>18</sup> Refere-se à secretária de Assistência Social, Aldaíza de Oliveira Sposati.

política pública de assistência social. Em muitos lugares é assim: ou ela fica com a primeira dama ou fica... E é a área mais “do favor”. É a área de cruzamento dos favores; essa é a área da assistência social.

*É uma área politicamente muito disputada, nesse sentido, não é?*

Muito vulnerável, nesse sentido. E vulnerável mesmo. Porque mexe com a proteção, então, é por aí que passam as benesses, os favores, a caridade.

*Está certo. Então eu quero agradecer muito e pedir desculpas pelo tempo que eu te tomei. Muito obrigada, Rosalina.*

Eu que vou pedir [desculpas]. [Ri]

[FINAL DO DEPOIMENTO]